O JUDICIÁRIO

JORNAL MENSAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES • ANO III - Nº 31 - NOVEMBRO DE 2008 • WWW.AMC.ORG.BR

Perfil: juiz Yannick Caubet e a arte de conciliar irreverência com maturidade profissional

Páginas 06 e 07

Ministro José de Castro Meira, do STJ, faz balanço dos 20 anos da Constituição

Página 4

EVENTO

Congresso da AMC reúne bom número de participantes

Páginas 10,11 e 12

POSSE

TJ/SC tem dois novos desembargadores

Página 14

FONAJE

Juizados Especiais em discussão na Capital

Página 14

ENCONTRO

Araquari debate Infância e Juventude

Página 5

Dois juízes concorrem à presidência da AMC

Juiz Paulo Marcos de Farias, candidato da chapa RenovaAção

Juiz Paulo Ricardo Bruschi, candidato da chapa AMC Para Todos

Fotos: Valdir Júnior

Após duas gestões em que a escolha dos dirigentes se deu por consenso, a presidência da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) volta a ser disputada no voto, cujas eleições estão programadas para o dia 6 de dezembro deste ano. Concorrem ao posto para um mandato de três anos os juízes Paulo Marcos de Farias, pela Chapa RenovaAção, e Paulo Ricardo Bruschi, da Chapa AMC Para Todos. O vencedor tomará posse no dia 14 de março de 2009.

A Junta Eleitoral já está formada. Ela ficará responsável por presidir as próximas eleições da entidade. Foram nomeados por unanimidade, os seguintes membros titulares: desembargadores José Mazoni Ferreira e Sérgio Izidoro Heil e o desembargador Substituto Túlio José Moura Pinheiro. A presidência da Junta ficará a cargo do desembargador Mazoni Ferreira.

Páginas 8 e 9

O Amigo da Natureza
RoyalPack
GreenPack
BIODEGRADÁVEL

Editorial

Imprensa livre

A liberdade humana não atingiria a sua finalidade e sua concretude, na prática, se não fosse dado ao homem o direito de exercê-la. Essa liberdade realiza-se pelo exercício dos direitos de manifestação, expressão dos pensamentos e opiniões, através da palavra ou pela escrita nos meios de comunicação (rádio, televisão, jornais e revistas).

As manifestações legais contra a liberdade de expressão pública pela palavra surgiram na Inglaterra, objetivamente no século XIII, quando os senhores feudais fizeram editar a lei "DE SCANDALIS MAGNATUM", de 1215, visando proibir os pronunciamentos dos trovadores e inventores de contos falados, que eram levados à população nas aglomerações e reuniões coletivas.

Mais tarde, com a difusão da imprensa (Gutemberg, 1440), já no reinado de Henrique VIII, este fez publicar (1538) um índice de obras proibidas, permitindo a impressão e publicação de obras, somente mediante licença prévia. Em 1597, a rainha Elisabeth I, sua filha, consolidou todas as legislações repressivas às denominadas, "divulgações inoportunas", criando a "Court of Star Chambre", uma espécie de tribunal competente para julgar e reprimir as manifestações críticas contra a realeza.

Em 1644 surge a obra de John Milton, intitulada "Discurso Pela Liberdade", dela derivando um relativo afrouxamento das manifestações intelectuais e de pensamento. Por isto, ele foi e é considerado um dos grandes teóricos e baluartes das liberdades de manifestação, oral e escrita.

No mundo pré-moderno, a liberdade de expressão veio internacionalmente afirmada pela Declaração dos Direitos da Virgínia, nos Estados Unidos, em 1776, como um dos maiores documentos libertários que influenciou outras Nações, como a Declaração de Direitos da França, de 1789, reputando a liberdade de expressão e comunicação, como "um dos direitos mais preciosos do homem", inspiradora da primeira emenda da Constituição Federal dos Estados Unidos, que ainda firma o "freedom of speech or for press".

No Brasil Imperial, a Constituição de 1824 (art.179, IV) firmou: "Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras escritas e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem, no exercício desse direito, nos casos e pela forma que a Lei determinar." Estas disposições foram reproduzidas na Carta de 1891 (art.72, 12), suprimidas nas Cartas de 1934 e 1937 (estabelecendo a censura de correspondência de qualquer natureza e das publicações em geral e espetáculos, em nome da segurança nacional, não permitindo, também, o anonimato), somente voltando a vigorar na Constituição democrática de 1946 e nas de 1967, 1969 e 1988.

Em torno destas bases promanou-se o preceito da liberdade de comunicação e de imprensa, não sem grandes lutas, em vários países de regimes políticos autoritários, como tivemos no Brasil (1964/85).

Com efeito, persiste em nosso país a falta de debates e reflexões sistemáticas sobre a liberdade de expressão e as liberdades dos meios de comunicação, o que acarreta, quando ocorre uma demanda judicial, a construção de decisões e jurisprudências vacilantes, tanto com referência às delimitações das atividades dos organismos de divulgação, como os das liberdades de expressão, especialmente, quanto às sanções cabíveis.

Tramitam no Congresso Nacional vários projetos de lei sobre uma nova lei de imprensa, tentativas estas preocupadas com a sintonização dos preceitos democráticos, insculpidos na Carta de 1988, já que a atual Lei de Imprensa foi aurida sob os tacões militares do regime político de 1964 (a Lei é de 1967), confrontando-se, por exemplo, com a sistemática da apreciação judicial das reparações, com o dano moral, causado pelos meios de comunicação.

Cartas

imprensa@amc.org.br

Agradeço à Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) pelo envio do jornal "O Judiciário". Por intermédio do jornal, as viúvas de magistrados ficam sabendo que nossos companheiros não foram esquecidos, como mostra muito bem a foto do espaço "Memória".

O novo Judiciário com seus cinqüenta desembargadores tem que conhecer aqueles que tanto honraram a magistratura catarinense. Obrigada pela atenção!

• Carolina Rodrigues Alves - viúva de magistrado

Parabéns à jornalista Jade Martins Lenhart pelo perfil da desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta. O texto permite ao leitor um descortino da mulher no âmbito da justiça brasileira. Espero que as próximas edições do periódico prossigam no auspicioso traço de profissionais da área, com suas contribuições na construção de um célere Judiciário.

• Eduardo Wolff - jornalista

Memória

Arquivo AMC

Em evento na sede da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), em 1995, (da direita para à esquerda) os desembargadores Pedro Manoel de Abreu, Alberto Luiz da Costa e o juiz Eleazar Miguel do Nascimento

AMC Associação dos Magistrados Catarinenses

Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi,
Florianópolis/SC. CEP: 88034-570
Telefone: (48) 3231 3006
www.amc.org.br | imprensa@amc.org.br

Diretoria Executiva
Pres. Juiz José Agenor de Aragão,
1º vice-pres. Des. Solon d'Eça Neves
2º vice-pres. Juiz Paulo Marcos de Farias (licenciado)

Sec. Geral Juiz Luís Fco. Delpizzo Miranda
1º sec. Juiz Marcelo Volpato de Souza

Tesoureiro Des. Solon d'Eça Neves
1º Tes. Juiz Laudenir Fernando Petroncini

O JUDICIÁRIO
Ano III, nº 31 - Novembro/2008
Tiragem: 3 mil exemplares
Impressão: Gráfica Rio Sul
Distribuição Gratuita

Coordenação Editorial
Desembargador Carlos Alberto Silveira Lenzi

Jornalista responsável
Fabrício Severino/ SC01061-JP

Produção e Edição
Fabrício Severino, Amanda Mariano e Jade M. Lenhart

Colaboração
Assessoria de imprensa do TJ/SC, AMB e Conjur

Projeto gráfico
Amanda Mariano

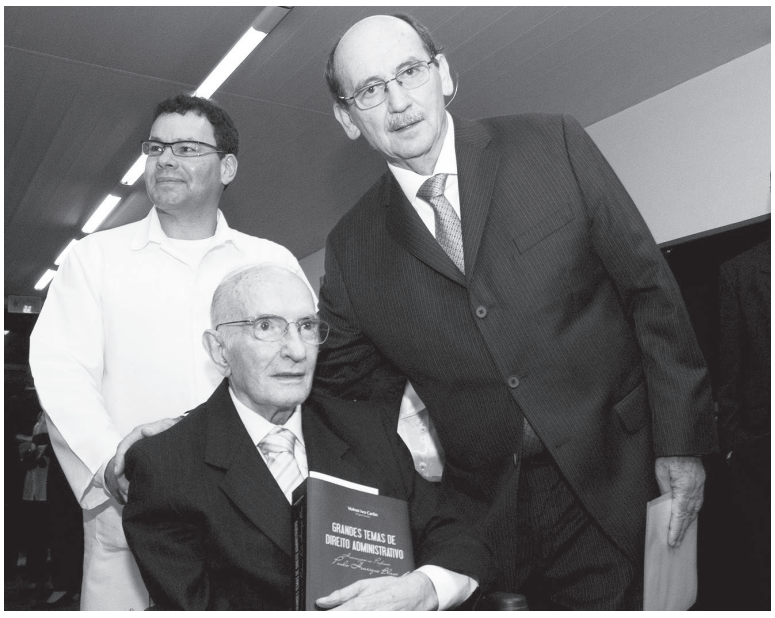
Diagramação
Amanda Mariano

A última aula

VOLNEI CARLIN •

Não são muitos os professores que contribuem para o avanço ético-científico do corpo social e para a formação de novas mentalidades. A academia é por si só uma revolução permanente, preocupada em reduzir as margens do desconhecimento.

Tentando encontrar uma referência por onde começar, na década de 50, oriundos da bucólica Campos Novos, os irmãos Blasi instalaram-se em Florianópolis, na Pensão de Dona Ida Truppel Vahl, situada na Almirante Lamego, 56, quando logo passaram a desempenhar a administração da casa.



Divulgação

Se o lugar, por assim dizer, não representava um paradeiro de existencialistas e intelectuais, como o Café Les Deux Magots ou a Brasserie Lipp, locais freqüentados por Sartre e Hemingway, na Saint-Germain-des-Près, em Paris, ele era o porto seguro para os irmãos Blasi quebrarem os paradigmas e impulsionarem idéias brilhantes, nascidas num ambiente de afabilidade incomparável, capital intelectual e talentos excepcionais.

A proposta idealizada pelos irmãos Paulo e Aluizio Blasi ganhava forma definitiva. A obra de Paulo passa a misturar-se com a história e com a própria universidade. Era um recomeço aberto às novas influências. Todos têm alguns mestres na vida - diriam seus ex-alunos - que permanecem na memória para sempre, pela forma inata e culta de ensinar.

Também como advogado, de alma sensível, Paulo repassava seus conhecimentos. Sua derradeira aula deu-se no Tribunal de Justiça. Era uma quarta-feira e as Câmaras de Direito Público encontravam-se reunidas. Em sua defesa oral demonstrou, sob o olhar atento dos desembargadores, erudição e motivos jurídicos. Não entrava no lero-lero, enfocava a justiça real. A causa era difícil, sendo previsível uma solução desfavorável. Profissional competente, modelo de seriedade, fez questão de perenizar sua postura ética ao acolher o resultado adverso, e de todos se despedindo com sua costumeira lhaneza. Dias após, a notícia que ninguém queria ouvir: Paulo, acometido de acidente vascular cerebral, lutava pela vida. Venceu!

Ensinamentos de Blasi focavam a Justiça real, com ética, erudição e muita inteligência

Por essas razões, no dia 25 de setembro, foi lançada a obra "Grandes Temas de Direito Administrativo - Homenagem ao Professor Paulo Henrique Blasi", na sede da OAB/SC, em sua honraria e vinculados pelas lembranças. Lá acorreram cerca de 500 pessoas e, num clima de festa e ao som de imaginário violino, que ele outrora encantava com suas inesquecíveis serenatas, Paulo Blasi deu para todos os presentes - que o aplaudiram na memorável noite - a derradeira lição e a última aula.

• ***Doutor em direito e desembargador do TJ/SC***

Machado de Assis

SALIM SCHEAD DOS SANTOS •

As homenagens prestadas a Machado de Assis no centenário de sua morte revelam-se mais do que justas, oportunas. Reconhecidamente é o maior escritor brasileiro de todos os tempos e um dos maiores do mundo.

Susan Sontag já o intuía, ao afirmar, em 2001, "imaginem um escritor, um prodígio de realizações, de superação da doença social e física (era mulato, filho de uma escrava em um país no qual a escravidão só foi abolida quando ele tinha quase cinqüenta anos; era epiléptico) que durante essa carreira intensamente prolífica, exuberantemente nacional, conseguiu escrever um número considerável de romances e contos, dignos de um lugar permanente na literatura mundial".

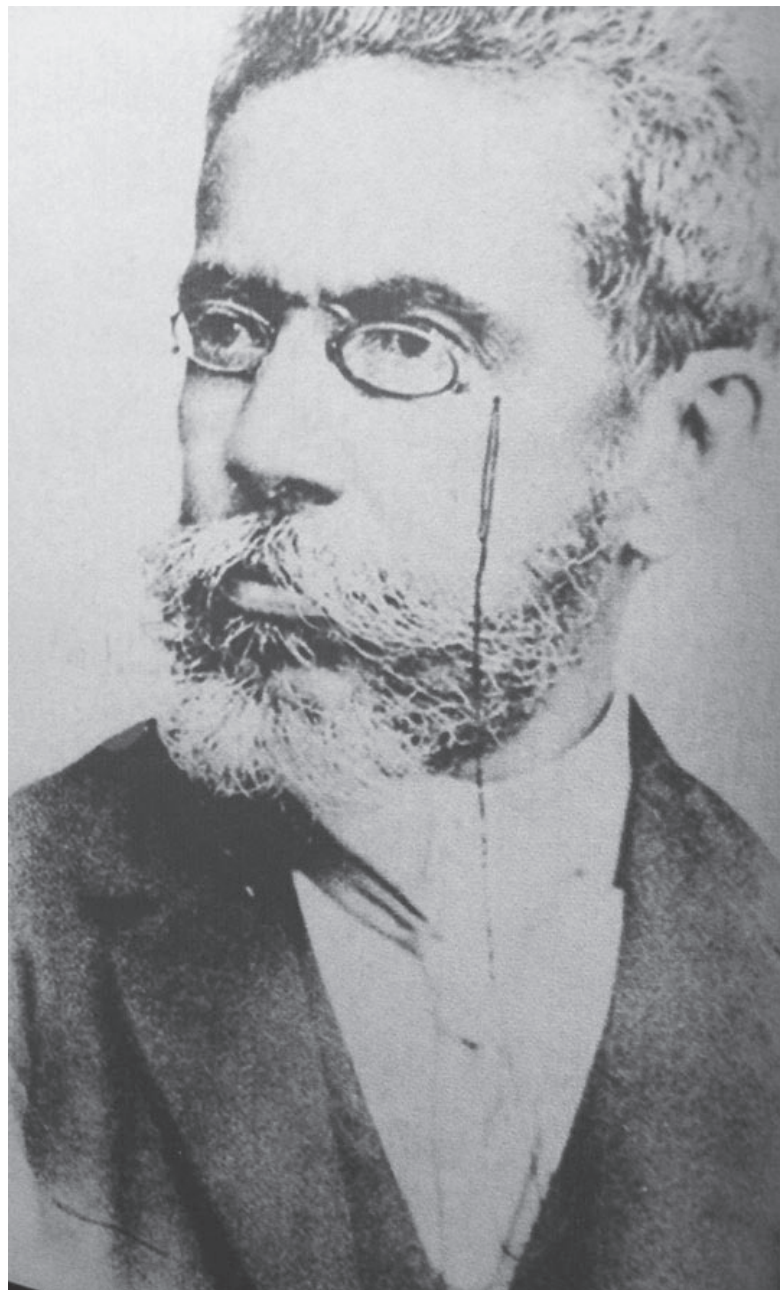
Foi o que fez Haroldo Bloom ao situá-lo entre 100 autores mais criativos da história da literatura: "é uma espécie de milagre, mais uma demonstração da autonomia do gênio literário, quanto a fatores como tempo e lugar, política e religião, e todo o tipo de contextualização que supostamente produz a determinação dos talentos humanos". E Alberto Manguel, ao incluí-lo entre os 12 romancistas que ilustram "Os livros e os dias – um ano de leituras prazerosas", ao lado, de Wells, Kipling, Chateaubriand, Goethe, Cervantes, entre outros.

Machado de Assis foi um gênio e, sobretudo, um homem de seu tempo. Através de sua obra deixou registrado sua visão do ser humano e do mundo, revelando uma erudição rara entre os escritores brasileiros, como bem revela Ângela Canuto, em "memórias de um frasista". Observou, sobre a política, que "isto pode ser comparado à paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo; não falta nada, nem o discípulo que nega, nem o discípulo que vende. Coroa de espinhos, bofetadas, madeiro e afinal morre-se na cruz das idéias, pregado pelos cravos da inveja, da calúnia e da ingratidão.... "E que o Senado tem o poder de fechar os olhos, esperar o sono, não ver as coisas nem sonhar com elas, tem até o poder de ficar admirado, quando acordar e vir que elas cresceram, tais como crescem as plantas, quando dormimos ou como nós crescemos também".

Escritor conseguiu realizar uma obra capaz de se manter atual mesmo cem anos após o seu desaparecimento

Quanto à justiça, "parecia uma instituição feita para conciliar ou perpetuar os desacordos humanos". E, sobre a polícia, "não se deve falar mal. [...] ela pode não ser boa, pode não ter sagacidade, nem habilidade, nem método, nem pessoal; mas, com tudo isso, ou sem tudo isso, é uma instituição necessária". Sugeriu: "quer o leitor escrever um livro in-fólio, da grossura de um missal, em caracteres microscópicos? Escreva a história dos abusos judiciários e policiais que se dão cada ano neste nosso abençoado país". Foi generoso com a imprensa: "o jornal é a liberdade, é o povo, é a consciência, é a esperança, é o trabalho, é a civilização". E declarou: "sou filho deste século, em cujas veias ferve o licor da esperança. Minhas tendências, minhas aspirações, são as aspirações e as tendências da mocidade e a mocidade é o fogo, a confiança, o futuro, o progresso". É o quanto basta para revelar que o escritor vale muito mais do que o suposto adultério de Capitu.

• ***Desembargador TJ/SC***



Ministro analisa avanços da Constituição

Para José de Castro Meira, documento de 1988 conseguiu restaurar a democracia do Brasil e assegurou garantias aos cidadãos

O ministro José de Castro Meira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), esteve, no último dia 17 de outubro, em Balneário Camboriú, ocasião em que proferiu a palestra de abertura do tradicional Congresso Estadual de Magistrados, evento promovido pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC). Insegurança Jurídica foi o tema escolhido pelo ministro para explanar aos juízes de Santa Catarina.

Nesta entrevista concedida com exclusividade ao jornal O Judiciário, o magistrado faz um balanço dos 20 anos da Constituição Federal; operações da Polícia Federal, uso de algemas e interceptações telefônicas; o papel das associações de magistrados; e reforma política, a qual considera "uma verdadeira miragem". Confira:

***OJ* - Ministro qual é o balanço que o senhor faz desses 20 anos da Constituição Federal?**

José de Castro Meira - O balanço é extremamente positivo. A Constituição Federal restaurou entre nós a democracia e é claro que muitas vezes podem acontecer alguns excessos na dificuldade de adaptação a essa nova situação. Mas ela assegurou diversos instrumentos ao cidadão, como o mandado de segurança coletivo, mandado de injunção, instrumentos que foram postos na mão do cidadão. Depois colocou um papel para o Ministério Público, que hoje tem uma atuação muito mais ativa do que no passado. Nós temos aí o papel das defensorias públicas para permitir o acesso da justiça às pessoas pobres. Nós temos ainda assegurado na Constituição, no artigo 37, os princípios da transparência, da moralidade, da publicidade, nós temos também a possibilidade de o cidadão representar junto ao Tribunal de Contas sempre que tiverem conhecimento de irregularidades no serviço público e enfim nós tivemos uma gama enorme de ampliações dos direitos dos cidadãos. O ponto que se via negativo na Constituição é que ela foi também, temos que reconhecer, resultado de muitos lobbies e, muitas vezes, isso resultou em um enorme aumento da despesa pública e em conseqüência o aumento também da carga tributária. É claro que todas as vezes que se cria uma despesa precisa saber como essa despesa vai ser paga e muitas dessas despesas foram criadas com novos direitos para diversos segmentos da sociedade que eram representadas na constituinte e isso implicou muitas vezes em um sacrifício para os contribuintes. Talvez haja uma certa indefinição no Poder Judiciário, colocando, por exemplo, nas mãos do Supremo, ao mesmo tempo, o julgamento do recurso extraordinário e o julgamento da ações diretas de inconstitucionalidade. Essa duplicidade de papéis é algo que não acontece no restante do sistema ocidental e tem muitas vezes conseqüências que não são positivas. Os dois papéis são o de julgar o recurso extraordinário e ao mesmo tempo julgar a lei em tese, examinar a constitucionalidade da lei. São situações realmente diferentes.

***OJ* - Como está o impasse a respeito das duas vagas do quinto constitucional da advocacia? As listas que foram encaminhadas para o STJ?**

JCM - Essa situação foi algo lamentável. Mas já houve julgamento de um mandado de segurança a respeito desse caso e para esse mandado de segurança houve recurso para o Supremo Tribunal Federal. Agora estamos aguardando o pronunciamento da suprema corte.

***OJ* - As operações da Polícia Federal colocaram em discussão a questão do uso de algemas e a interceptação de ligações telefônicas. O senhor acredita que haja um exagero no uso das algemas ou nas interceptações?**

JCM - Eu acho que todo abuso deve ser punido, deve ser reprimido, limitado. Mas o uso de algemas em si eu não condeno porque eu entendo que esse uso deve ser examinado em cada caso pelo policial porque se trata, sobretudo, da sua segurança pessoal. Então, nesse caso, é difícil nós podermos imaginar, de modo genérico, uma regra para estabelecer quando devo e quando não devo usar as algemas. Há pessoas que mesmo com o passado escorreito, no momento em que são acusadas de prática de ilícitos, têm reações que são imprevisíveis e que podem implicar prejuízos para a segurança pessoal daquele agente policial que está no momento desempenhando sua tarefa.

***OJ* - A respeito da sugestão de proibição de divulgação por parte da imprensa do conteúdo dessas interceptações telefônicas. O senhor é a favor ou é contra?**

JCM - Eu acho que toda invasão da intimidade das pessoas deve ser limitada. A intimidade das pessoas é um direito sagrado que está assegurado na Constituição. Quando for necessária à investigação, isso deve ser feito com toda a precaução para que aquelas pessoas não sejam expostas ao público, sobretudo, as que ainda nem foram julgadas. É preciso que se apurem os fatos, não haja prejuízo para a apuração, mas ao mesmo tempo esteja preservada a intimidade das pessoas.

***OJ* - Tem-se percebido certa resistência por parte, principalmente, dos parlamentares com relação à questão do fim do nepotismo. O senhor acha que o nepotismo está com os dias contados aqui no Brasil ou ainda estamos longe disso?**

JCM - No judiciário, o nepotismo já acabou porque existem normas assegurando realmente a proibição. No que diz respeito ao Congresso Nacional existem algumas discussões finais. Agora se discute sobre aquelas pessoas que foram nomeadas antes da posse do agente público, do senador ou do deputado e essas são situações pontuais que não podem ser generalizadas para dizer que realmente teria sido desmoralizado esse instituto, esse direito que é da população, assegurada pela Constituição Federal. De qualquer modo nós temos que aguardar a decisão final do Supremo Tribunal Federal sobre essa nova situação que o Congresso está agora colocando em foco.

***OJ* - Como é que o senhor observa a atuação das associações de magistrados, sobretudo, a Associação dos Magistrados Brasileiros, por ter feito um trabalho de interação com a sociedade, lançando campanhas como a Eleições Limpas, Mude um Destino?**

JCM - Eu aplaudo. Eu sempre acompanhei cada um desses trabalhos, já participei inclusive de uma dessas campanhas, de modo que eu acho que isso faz parte de uma assegurada democracia entre nós. Preservar o direito do voto com a total independência do cidadão é fazer com que ele tenha todas as informações na hora da escolha, é impedir ainda que ele sofra pressões por parte do poder econômico, do poder político e das pessoas que possam de algum modo interferir no direito do voto. Nós saímos há muito tempo daquela fase do coronel em que nós recebíamos as cédulas dentro de um envelope e muitas vezes o cidadão colocava na urna sem saber em quem estava votando. Conta-se até uma história, na qual uma dessas pessoas perguntou ao chefe político em quem ele estava votando e se podia abrir a cédula. O chefe político respondeu: - Você não sabe que o voto é secreto? (risos)

***OJ* - O senhor acha que o Brasil está pronto para abolir o voto obrigatório? Ou não temos maturidade para encarar essa novidade?**

JCM - Acredito que a gente ainda não esteja no momento adequado de implantar o voto facultativo no Brasil, porque se deve aguardar um momento em que a população passe por um processo de alfabetização e melhor distribuição da cultura, formação de opiniões, porque faz parte do fortalecimento da democracia a participação de todos e hoje a gente diz que é obrigatório, mas na verdade as pessoas tendem a gostar cada vez mais do processo eleitoral, eu apenas acho que nós estamos exagerando no número de eleições, eu acho que está na hora de fazer uma reforma para a coincidência dos mandatos, para haver apenas uma eleição a cada quatro anos, porque a cada dois anos o Congresso praticamente pára, porque é a sobrevivência dos nossos deputados e senadores, isso é plenamente explicável, mas é necessário fazer essa uniformização das eleições estaduais para deputados, para vereadores, para prefeitos, para presidente da república, para todos os cargos públicos.

Valdir Júnior

Ministro Meira defende a adequação do uso das algemas a cada caso

***OJ* - O senhor acha que há disposição no Congresso para fazer essa reforma política?**

JCM - Eu acho que ainda se fala muito em uma reforma política, mas a reforma política é uma verdadeira miragem, porque isso depende muito dos interesses eleitorais dos políticos e são os políticos que vão definir isso. Por isso, eu espero apenas que a população, o eleitorado se torne mais consciente. A parte política vai depender sempre do jogo político, depende dos interesses dos políticos, isso nós não temos dúvida. Eu acho muito difícil que a reforma saia. Eu gosto de ser realista, alguém já fez a comparação e disse que a reforma política é como o paraíso: todo mundo quer ir para lá, mas não quer ir logo.

***OJ* - Há necessidade de uma casa bicameral, um senado e a câmara?**

JCM - No meu modo de entender pelo menos poderia ser simplificado o processo legislativo estabelecendo algumas leis que tramitariam somente no Senado e outras apenas na Câmara de Deputados, deixando só a Reforma Constitucional para a reunião das duas casas. Esse é outro ponto que até hoje não teve nenhuma constituição para mudar, isso só seria possível se houvesse uma constituinte exclusiva, como pensou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), nas discussões de 1987. Naquela época, a OAB apresentou um projeto para se fazer uma constituinte exclusiva, ou seja, as duas constituintes seriam eleitas exclusivamente para aquela assembléia e não seriam ao mesmo tempo, como foi o caso, integrantes do Congresso e integrantes da Assembléia Constituinte, aí teria uma independência maior para pensar em outras coisas. A verdade é que nunca haverá disposição para isso. Nós não podemos pensar no Congresso propondo a extinção do Senado, uma instituição tradicional que vem desde o império, então acho que ainda vai ficar durante muito tempo.

Araquari sedia debate voltado a temas da infância e da juventude

Encontro discutiu a realização de ações integradas entre a sociedade civil e o Poder Judiciário

O diretor do foro da comarca de Araquari, juiz Rudson Marcos, reuniu-se no dia 13 de outubro com os prefeitos eleitos de Araquari e Balneário Barra do Sul, João Pedro Woitexem e Antônio Rodrigues, respectivamente, municípios que compõem a jurisdição daquela comarca, para tratar de assuntos e programas relacionados à Infância e Juventude em execução na referida unidade jurisdicional.

No encontro, deliberou-se acerca da necessidade da realização de ações integradas entre as entidades institucionais, da sociedade civil e do Poder Judiciário, bem como da imperiosidade na implementação de medidas administrativas no âmbito social, na área da saúde e educação, voltadas, especificamente, paras as crianças e adolescentes, como forma de concretizar o princípio da prioridade absoluta, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Tratou-se, ainda, da primazia na criação e manutenção dos já existentes programas e medidas preventivas destinadas a amparar crianças e adolescentes em situação de risco na comarca, notadamente os programas sociais específicos voltados para a implementação de políticas públicas de inclusão de crianças e adolescentes carentes.

Os prefeitos eleitos também apresentaram seus projetos relacionados à área da infância e juventude, comprometendo-se a implementarem políticas específicas para este importante segmento social, especialmente quanto ao aperfeiçoamento de programas para tratamento de vítimas de crimes relacionados a abuso sexual, bem como os relacionados aos problemas de consumo de drogas e de alcoolismo, que bastante afligem a comunidade local. Também foi ressaltada pelo magistrado a importância da continuidade da parceria entre os representantes legais dos municípios da comarca para com a manutenção do Abrigo Irmã Celina, localizado em Araquari, que presta atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco. Participaram do ato, também, além do promotor de Justiça da comarca, Eduardo Chinato Ribeiro, representantes do Conselho Tutelar e representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de ambos os municípios, bem como o analista jurídico, Fabio Brusamarello, o comissário da infância e juventude, Felipe Ricardo Neves e Aires Dilva Foppa, assistente social forense.

Divulgação

A discussão contou com os prefeitos de Araquari e Balneário Barra do Sul

Semana de Mobilização

Na mesma reunião do dia 13 de outubro, com os prefeitos eleitos de Araquari e Balneário Barra do Sul, João Pedro Woitexem e Antônio Rodrigues, respectivamente, o diretor do foro da comarca de Araquari, juiz Rudson Marcos, tratou da Semana de Mobilização pelo Registro Civil de Nascimento, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, a ser realizada entre os dias 17 a 21/11/08, a fim de divulgar e prestar suporte necessário para o sucesso do evento, informando à Corregedoria-Geral da Justiça os dados estatísticos posteriormente extraídos.

Foram convocados os oficiais titulares do cartório de registro civil de Araquari, representado por Ivie Cristina da Silva Camargo, do cartório de registro civil do distrito de Itapocu, Sandra Maria Romano Martinelli e Ademir Carvalho, oficial titular do cartório de registro civil de Balneário Barra do Sul, para "engajarem-se no pleito, garantindo assim não só a certidão de nascimento a toda pessoa ainda não registrada, mas o resgate da cidadania de crianças e principalmente adultos sem registro, desmitificando os causadores de tal discriminação relacionados à falta de registro de nascimento, dentre os quais pode-se destacar a filiação havida fora do casamento, a hipossuficiência financeira, o desconhecimento das leis, a negligência, a distância do domicílio ao cartório de registro civil e o grau de instrução dos genitores", segundo o juiz Rudson Marcos.

Também haverá mobilização por parte dos conselhos tutelares de ambos os municípios da comarca para, em parceria com o comissário da infância e juventude, divulgarem a Semana de Mobilização pelo Registro Civil de Nascimento nas escolas e outros locais da comunidade. Marcos ressalta que "o registro civil de nascimento é documento essencial ao exercício de diversos atos relacionados à cidadania, sendo assegurada a gratuidade quanto à expedição a primeira certidão a todos, bem como a gratuidade das demais certidões para aqueles reconhecidamente carentes", conforme dispõe o artigo 588 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina.

i-TECJUS faz parte da Expolages 2008

Desenvolver ferramentas tecnológicas para facilitar os serviços públicos e privados é o objetivo do Instituto de Aprimoramento Jurídico-social - i-TECJUS, que atua em favor da agilidade. A sede do Instituto fica na Incubadora de Empresas Micro Distrito de Base Tecnológica de Lages - MidiLages, ao lado da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac). A Expolages aconteceu entre os dias 21 e 26 de outubro, no Parque de Exposições Conta Dinheiro.

O i-TECJUS fez parte da Expolages 2008 mostrando algumas inovações tecnológicas, como o RECRED, sistema de recuperação de crédito tributário, voltado ao desenvolvimento de softwares para auxiliar a gestão da arrecadação municipal, de acordo com a negociação da quitação de impostos, pelos cidadãos.

Outra idéia do Instituto é o Sistema de Trâmite Jurídico-inteligente - SITJURI, desenvolvido para agilizar o andamento do processo judicial, primeiramente, na Vara da Fazenda. Por meio de rádio-freqüência, RFID, os documentos são localizados e identificados, onde quer que estejam.

Nenhuma informação é perdida, devido às antenas instaladas nos setores, que detectam o processo que possui um chip, com um número, que identifica digitalmente sua localização física.

O grupo de pesquisas também faz parte do i-TECJUS, que pretende formular artigos e publicações científicas, para aprimorar experiências, dar voz às idéias acadêmicas e discutir o Direito em tese e na prática. As outras idéias incubadas no MidiLages são a LOGTRUCK, IT Factory, Getsystem e E & E Softwares.

Tribunal Pleno aprova novas promoções e remoções

O Pleno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) reuniu-se na manhã do dia 15 de outubro para deliberar sobre novas opções e remoções no quadro da magistratura. Antes disso, foi aprovado o requerimento de aposentadoria formulado pelo Desembargador Anselmo Cerello.

Em seguida, foram aprovadas as promoções dos magistrados Victor José Sebem Ferreira e Rejane Andersen para o cargo de Desembargador - pelo critério de merecimento e antigüidade, respectivamente. Eles vão ocupar as vagas abertas com as aposentadorias dos desembargadores Orli de Ataíde Rodrigues e Anselmo Cerello. Também foi removido pelo critério de antigüidade para o cargo de Desembargador Substituto, o juiz Cláudio Valdyr Helfenstein.

O Pleno do TJ também aprovou as opções dos juízes Maria da Conceição dos Santos Mendes e Márcio Renê Rocha para, respectivamente, os cargos de juiz de Direito da 2ª Vara da Família da Comarca de São José e juiz de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude da Comarca de Jaraguá do Sul. Também foram aprovadas as remoções requeridas pelos juízes Rafael Sandi (critério de antiguidade, juiz de Direito da Comarca de Seara), Édson Marcos de Mendonça (critério de merecimento, juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Timbó) e Cesar Otávio Scirea Tesseroli (critério de antiguidade, juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de São Bento do Sul). A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) cumprimenta a todos os magistrados que tiveram seus pedidos de opção, promoção e remoção aprovados pelo Tribunal Pleno.

Assessores

O presidente do TJ, desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, no início da sessão administrativa, noticiou que estão em fase avançada os estudos relacionados à criação do segundo cargo de assessor para os juízes de Direito primeiro grau (função gratificada), devendo para tanto ser elevado o número de técnicos judiciários para auxiliar nas unidades judiciais.

A AMC parabeniza o corpo diretivo do TJ/SC e seus desembargadores, pela forma ágil com que vem conduzindo o processo de movimentação na carreira da magistratura. A AMC também cumprimenta de maneira muito especial o desembargador Francisco Oliveira pela notícia referente à criação do segundo cargo de assessor, na medida em que acolhe antiga reivindicação da nossa entidade de classe formulada através dos ofícios: 72/07; 372/07; e 313/08. A criação de mais um cargo para os juízes de Direito de 1º grau contribuirá de forma decisiva para uma maior efetividade na prestação jurisdicional, com a elevação da produtividade dos nossos magistrados.

Deste lado do paraíso: o momento da estréia

O dramaturgo Nelson Rodrigues se surpreenderia se tivesse conhecido o jovem juiz Yannick Caubet. O encontro provavelmente começaria numa mesa qualquer de um boteco do centro do Rio de Janeiro, com gritos por um novo caneco de chope para o rapaz e mais um copo de água da bica para o dramaturgo. Certamente devorariam porções de salgadinhos que fariam a úlcera do mais velho gritar, e que se incorporariam sem pudores à silhueta do jovem, à revelia das freqüentes tentativas de reeducação alimentar. Se estivessem com os ânimos apaziguados, louvariam o amor eterno, defenderiam suas profissões e se deslumbrariam com as belas paisagens da zona sul carioca. Conversariam sobre literatura, sobretudo a bem escrita. Se optassem pelo deboche, traço comum aos protagonistas, xingariam a imprensa comprometida, reclamariam da música, alta e de mau gosto, e contariam piadas, muitas, zombando do mundo com a mesma desenvoltura com que costumam rir deles próprios, seus tombos e descompassos. Antes mesmo de vistoriar a conta, Nelson Rodrigues já precisaria reformular uma de suas sentenças mais polêmicas - *o jovem tem todos os defeitos dos adultos e mais um: a imaturidade.*

Rir de si mesmo, dizem, é o melhor antídoto para o sofrimento – lição geralmente compreendida após uma tensa coleção de tropeços. Com 32 anos, Yannick já reconhece o poder da risada na luta contra o desespero. É este o maior sinal da sua juventude, alheia às convenções da sisudez adulta, distante dos protocolos usuais da profissão; é este também o principal sintoma da assumida maturidade, o desafio especial que lança à provocação de Nelson Rodrigues. Na verdade, já nem se sente mais tão jovem, sobretudo quando pensa nos inúmeros recém-formados absorvidos pelo judiciário catarinense. É como se estivesse *em transformação.* Faminto de experiências, aceita os efeitos do tempo, sobretudo aqueles que não dependem do espelho para se revelarem. Assumidamente "mais banana", compensa a antiga escassez de lágrimas com nova fartura de engasgos: jamais esqueceu o nó na garganta durante o depoimento de uma menina de 12 anos, abusada sexualmente aos 9. Habituado à vida noturna desde os tempos de faculdade, já pensa duas vezes antes de aceitar um convite; se estiver em plantão criminal, contexto da última entrevista, recusa bravamente o convite para empilhar bolachas de chope - embora quase sempre sucumba à dúzia de bolinhos. Lamenta a impossibilidade de buscar perdões para a inconseqüência, um privilégio da juventude. Mesmo já quase "maduro e experiente", parece posicionado em terras de fronteira. Bastam apenas alguns passos para perder a inocência, numa proximidade deliciosa e cheia de perigo. Seu maior arrependimento, porém, ainda denuncia a pouca idade: por que não deixou o cabelo crescer no segundo grau?

Embora seja mais cômodo imaginá-lo um nerd, ou um CDF, ou um rapazinho mal humorado que vira as costas para o ensolarado paraíso da juventude, Yannick não desafia apenas nosso dramaturgo mais famoso como também certos estereótipos e modelos. Dispensa o doutor, prefere encontros "à paisana", sem terno ou gravata, comenta as manchetes do dia, critica a programação da televisão aberta, "Prêmio George Bush de imparcialidade", discursa um par de horas sobre seus preferidos na música, e discursa mais ainda quando encontra incentivo para discutir a qualidade dos jurássicos da MPB - Djavan, Lenine, Tom Zé... Se uma equação vantajosa entre lazer e trabalho já parece impossível, cada vez mais, a tendência à boemia permanece com a mesma intensidade dos 20 e tantos. Responde, inclusive, por certa cultura botequeira, com passagem por clássicos da cidade: *habitué* do lendário Novidades Líquidas, nos arredores da universidade, hoje sabe de cor o endereço do melhor bolinho de mandioca com carne seca, e da melhor cerveja irlandesa, e do melhor chope – e é melhor parar por aqui. Não à toa, *investe* grande parte do dinheiro em aparelhos eletrônicos e saídas noturnas. Não à toa também, seu dia ideal termina com uma festa tomada de convidados sem pressa de ir embora.

Na busca de Yannick, o sofrimento parece ter sido um aliado e tanto para a maturidade. Acrescido ainda de certa *resistência*, meta dos estóicos, explica ao menos algumas convicções. O rapaz poderia palestrar horas sobre as fronteiras do sacrifício. Já viveu no limite do sono, ao somar 96 horas de olhos fritando, vítima dos excessos do serviço militar obrigatório; da sede, quando acatou a brilhante idéia de consumir charque em um acampamento, ainda menino e escoteiro; da dor, quando comemorou a retirada do aparelho fixo com um tombo bufão que lhe levou os quatro dentes da frente, novamente no mítico quartel. Da paciência, também: diariamente, quando contabiliza as dúzias de pijamas da gaveta, presentes da mãe, desejando apenas uma camiseta velha para chamar o sono. Ainda assim, acredita, falta muito sofrimento até se ver livre da juventude: "Acho que nunca perdi nada que me desse um vazio na vida".

A principal fronteira ultrapassada, porém, foi a do cansaço, um cansaço não apenas físico mas mental, demolidor, paralisante, capaz de fazê-lo duvidar das próprias crenças. Durante três anos, pelo menos, foi preciso enfiar a frustração por entre as brechas do cotidiano cheio de regras e malabarismos. Filho de professores universitários, doutores titulados que acompanhavam com atenção as notas dos três filhos, tentou driblar as reprovações em concursos públicos ingressando no mestrado em Direito da UFSC. Ao fim de dois anos, "expandido" em quinze quilos, temperou o título recente com uma lição certeira, privilégio dos sofredores bem humorados: doutorado e advocacia só entrariam no seu cardápio se tudo desse errado. Iniciou, então, um famoso périplo no desconcertante universo dos concursos para "operadores do Direito". Livros, cadernos, leituras, fichamentos, bibliografias, provas, gabaritos – o vocabulário dos concurseiros ainda está na ponta da língua, tinindo. Resultado: mais uma dezena de quilos, que encara com algum bom humor. Se aos quinze anos esperava da fronteira dos trinta apenas uma namorada e um carro, a esperança dos 45 reivindica uma exclamação: emagrecer!

O limite do paladar também é quase um desafio. Com a mesma dedicação que dispensa ao aikido, arte marcial japonesa, é adepto do bom garfismo. Viciado em arroz, é fã de risoto e bebe bastante cerveja e cuba. Vinho, quase nunca; uísque, apenas em ocasiões especiais. No café da

Fotos: Arquivo Pessoal

Fotos: Arquivo Pessoal

manhã, o cardápio quase nunca varia: um copo d'água, pão com geléia. Famoso freqüentador de bufes por quilo na hora do almoço, tenta substituir a carne vermelha por peixe, da mesma forma que segue na luta para se desviar da tentação dos apoteóticos lanches, onde tudo parece caber entre duas fatias de pão. Refrigerante é companhia constante, sempre "normal": "Só gordo toma diet, então deve ser alguma coisa que engorda". Para completar o cardápio, uma mania, cultivada com esmero de compulsivo: só consegue adormecer quando reconhece a presença do copo d'água ali, reconfortante, na mesinha ao lado da cama. Resquícios daquele acampamento, quando precisou driblar as conseqüências do charque bebendo (bebendo?) seiva da árvore.

Embora popular, com os modos típicos do amigão da turma, a comida foi a principal parceira durante os ritos de passagem para a magistratura. Quando estudar era o único caminho para satisfazer a fome épica da juventude, em sentido figurado agora, o cenário era sempre o mesmo: a mesinha do quarto, com abajur e papéis empilhados, em horários variados. Gostava, sobretudo, de Direito Processual Civil. Na escola, já estudioso, apresentava facilidade com ciências sociais e matemática. Biologia era um tormento, algo como o triunfo da decoreba. Quando passou para o cargo de assessor do Ministério Público, abandonou a casa da mãe, palco de concentrações intelectuais desde os 7 anos, ao retornar de uma estadia de quatro anos na França, terra natal do pai, e se mudou para um pequeno apartamento, onde aproveitava o tempo livre para, claro, estudar. Hoje, livre das obrigações, comemora a possibilidade de leituras distintas das maçantes ementas – Nelson Rodrigues, talvez. E "tenta ficar tranqüilo", busca dificultada pela ansiedade, desde sempre mordendo-lhe os calcanhares.

Antes da glória, uma coleção de pequenos fracassos, suficientes para abreviar qualquer leveza. O bom humor, porém, arma particular, parece ter vencido as adversidades sem conseqüências maiores para sua, digamos, franqueza habitual – como ele chama aquilo que compreendemos como um incontido deboche. Ao fim de algumas reprovações, sentiu o barco balançar quando personagens importantes começaram a "abandonar o projeto". Céticos incorrigíveis costumam aparecer aos montes quando as coisas se tornam difíceis: "e se tu não passares nunca?" – ouviu algumas vezes. Mas, após uma tentativa frustrada pela engenharia, seu primeiro curso universitário, que não ultrapassou a primeira fase, estava firme e forte nos propósitos. A idéia era "tentar até passar". Entre um caderno e outro, seguiu com a rotina de sempre, ao lado dos amigos, dividido entre canções de rock antigo e churrascos improvisados no quintal, conhecendo garotas e relendo Pessoa e Saramago, até passar no concurso para procurador federal, cargo exercido durante quatro meses, em Chapecó. Ironia da vida: Yannick insistiu tanto, tanto mesmo, que o concurso que lhe ofereceu a judicatura começou mais de um ano antes da posse, ainda em 2006, vítima de cancelamentos e atrasos. Claro, tinha que render piada.

Seu público principal é composto de quatro rapazes, já que ele duvida da viabilidade de amizades femininas, todos em guerra para manter a freqüência dos encontros: Tales, da faculdade; Fábio, da Polícia Federal; Guedes, sócio de uma agência de publicidade; e Zuco, o intelectual, doutorando em Ciências Políticas nos Estados Unidos. Faz amizade facilmente, mas nos ringues da infância sempre apanhou mais do que bateu. O defeito intolerável não deixa de ser uma marca, às avessas, da maneira como conduz a própria vida: "pedantismo eu não tolero". Ao lado dos amigos, vive da sua forma, à paisana. No verão, praia, de preferência deserta. No inverno, uma paixão insólita: a jaqueta de couro marrom, contraste no armário repleto de pijamas, sua companhia para enfrentar o frio. Às vezes é mais ousado, digamos. No último rompante, numa festa entre amigos, interrompeu a singela doçura de acordes de banquinho e violão para pedir, com violência gutural, "toca um rock and roll aí!".

Contrário à famosa assertiva lá do início, cultiva planos para o futuro. Vê com bons olhos o envelhecimento, "resultado de um processo natural que permite observar o mundo de outro ângulo". Teme, porém, a rigidez mental costumeiramente a reboque. Pretende comprar um terreno na Praia dos Açores, para curtir o mar com a intensidade e a freqüência desejadas. Reconhece a necessidade de abandonar a cidade, com freqüência, mas pretende deixar a carreira seguir seu curso. Deseja resolver a equação trabalho e lazer com mais juventude, e menos obrigação. Exige mais dias de prazer, e menos horas sufocado pela ansiedade – a ansiedade de quem ainda segue duvidando da condição de protagonista da cena principal. Quer voltar a Nova Iorque, onde mora uma das irmãs, Sofia. Deseja também um amor, que expanda seu conceito de felicidade, possível, sim, desde que estado de contentamento e tranqüilidade, cultivado diariamente, distante da meta obsessiva dos incautos. Como o compadre Nelson Rodrigues, não duvida da eternidade do sentimento, nem da possibilidade de fidelidade. Dependência, porém, é uma angústia. Soneto dos românticos, a frase "tu és meu porto seguro" é o verdadeiro pesadelo de Yannick, capaz de fazê-lo fugir pela porta dos fundos sem nunca mais telefonar. Por isso ainda não se convenceu sobre filhos. Sonha em casar na igreja, ao menos, com todos os protocolos das personagens rodrigueanas? A última piada: "Sonho em encontrar alguém que não sonhe casar na igreja". Ah, essa juventude! ■

Jade Martins Lenhart

Crédito de foto

Juiz Paulo Ricardo Bruschi, candidato pela Chapa AMC Para Todos

Dois candidatos conc
da Associação dos Mag

Magistrados já percorreram diversas comarcas do Estado, nas quais apresent

Após duas gestões em que a escolha dos seus dirigentes se deu por consenso, a presidência da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) volta a ser disputada no voto, cujas eleições estão programadas para o dia 6 de dezembro deste ano. Concorrem ao posto para um mandato de três anos (2009/2011) os juízes Paulo Marcos de Farias, pela Chapa RenovaAção, e Paulo Ricardo Bruschi, da Chapa AMC Para Todos. O vencedor tomará posse no dia 14 de março de 2009.

Para conhecer um pouco mais as propostas e opiniões dos candidatos sobre temas de interesse da magistratura, o jornal ***O Judiciário*** apresenta uma entrevista com os dois magistrados. A ambos foram feitas as mesmas perguntas e dedicado o mesmo espaço, assegurando, assim, o devido equilíbrio entre os participantes do pleito eleitoral associativo.

A Junta Eleitoral já foi formada, em reunião

Juiz de Direito desde 19 de julho de 1993, Paulo Ricardo Bruschi está em exercício na 1ª Vara da Fazenda Pública da comarca da Capital, desde dezembro de 2008. Judicou, anteriormente, como titular, nas comarcas de Papanduva, Sombrio, Videira e Tubarão e, como juiz substituto, nas comarcas da Capital, Canoinhas, Palhoça, São José, Santo Amaro da Imperatriz, Chapecó, Lages, Curitibanos, Santa Cecília, Bom Retiro, Urubici e São Joaquim. É graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Mestre em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Foi coordenador da 2ª e 5ª Coordenadorias Regionais da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC). Coordenou a extensão da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (Esmesc) em Tubarão. Foi diretor de ensino da Escola Superior da Magistratura (Esmesc) durante o período 2006/2007. Assumiu como diretor geral em exercício no período de novembro de 2006 a outubro de 2007. Foi também diretor geral da Esmesc a contar de outubro de 2007, estando atualmente em afastamento autorizado. Foi juiz corregedor auxiliar de fevereiro a julho de 2008, afastando-se da função em razão do pleito eleitoral associativo.

***O Judiciário* - Nas duas últimas eleições para a Direção da AMC houve consenso, ou seja, uma chapa única, que era integrada por magistrados que pertenciam a correntes ou grupos distintos dentro do movimento associativo. Por que houve essa ruptura? Ela, de fato, é salutar para os destinos da entidade?**

Paulo Ricardo Bruschi - Nossa entidade de classe, por largo período, restou dividida em duas alas, formadas em decorrência de um dissídio ocorrido ainda quando poucos magistrados a integravam. O passar do tempo amainou essa divisão e, ante o ingresso de grande número de novos magistrados, que sequer conheciam os motivos daquele dissídio, decidiu-se, em 2003, por uma efetiva UNIÃO de escopos, indicando-se, a partir daí, por consenso, o candidato à presidência, ainda que mantidos dois grupos com pensamentos distintos no movimento associativo. O consenso atualmente não pôde prevalecer, eis que o grupo adverso não cumpriu o compromisso de alternância na indicação do candidato à presidência da entidade, como já não cumprira em 2005, gerando insatisfações. Não obstante, o embate de idéias é salutar, pois serve para o amadurecimento democrático e confere legitimidade ao pleito.

***O Judiciário* - O que o senhor pretende fazer para ampliar a participação dos magistrados no movimento associativo?**

Paulo Ricardo Bruschi - Realizar uma administração participativa, criando um ambiente positivo, no qual cada magistrado será sempre consultado sobre as prioridades e os futuros investimentos da AMC/Esmesc, democratizando, assim, suas decisões, propiciando-lhes assistência integral, além de estimular o espírito de união, a fim de congregar sempre mais os magistrados, aparando eventuais arestas que ainda tendem caprichosamente a se manter. Pretende-se ainda instituir uma ouvidoria interna para críticas e sugestões, como canal aberto e permanente entre os associados e o corpo diretivo.

***O Judiciário* - Qual a opinião do senhor sobre a PEC que trata do aumento da idade limite (de 70 para 75 anos) para aposentadoria compulsória?**

Paulo Ricardo Bruschi -Além de ser anseio da quase totalidade dos magistrados a mantença da idade limite atual (70 anos), a proposta de aumento representa um imenso óbice à oxigenação da magistratura.

***O Judiciário* - O senhor apóia a campanha deflagrada pela atual diretoria da AMB pela supressão legal do quinto constitucional nos tribunais estaduais e federais?**

Paulo Ricardo Bruschi - A questão é extremamente polêmica e delicada, porque representa um instituto constitucional que, embora tenha surgido numa Carta outorgada, foi mantido nas seguintes, inclusive na conhecida Constituição Cidadã de 1988. Ainda que se o entenda como forma de intromissão indevida do Executivo no Judiciário, outros o entendem como forma de oxigenação, com a soma de valores e experiências provindos de outras categorias. Atente-se, porém, que o presidente de uma entidade representa a vontade de seus associados. Assim, como nossa proposta é de administração participativa, o apoio ou não a tal campanha passará pela manifestação dos associados, consultados para tal fim. Entende-se, porém, que o instituto, no mínimo, carece de aprimoramento.

***O Judiciário* - Qual a opinião do senhor sobre a participação da AMC nas sessões administrativas do Tribunal de Justiça, na qual não pode se manifestar, segundo regras regimentais?**

Paulo Ricardo Bruschi - A AMC, como entidade representativa dos magistrados, em todos os assuntos que digam respeito a seus interesses, direitos e obrigações, deve não só participar, mas também ser ouvida, ter voz e voto. Esta, aliás, é uma das propostas da Chapa AMC PARA TODOS. E gestionará no sentido de implementá-la.

***O Judiciário* - Quais as prioridades que o senhor pretende defender no que tange à defesa e valorização dos magistrados?**

Paulo Ricardo Bruschi - Inicialmente, esclarecer de forma enfática e incansável à população que as mazelas nacionais não têm causa no Poder Judiciário, o qual é igualmente vítima dos problemas enfrentados por todos, fruto de improvisações muitas vezes eleitoreiras, de falta de espírito público, para não dizer de patriotismo. Atuar no firme propósito de que sejam mantidos os predicados constitucionais da magistratura, não como privilégios, mas como condição necessária ao pleno exercício das funções judicantes, evidenciando tais prerrogativas aos jurisdicionados. Atuar de forma decisiva para o estabelecimento de critérios realmente objetivos nas promoções e remoções por merecimento e defender incontinente os magistrados contra qualquer ataque à sua independência ou aos seus direitos e garantias.

As eleições da AMC estão marcadas para o dia 6 de dezembro. A posse do novo Presidente será no dia 14 de março.

correm à presidência
gistrados Catarinenses

taram a forma como pretendem administrar a AMC pelos próximos três anos

do Conselho Deliberativo da AMC, realizada no dia 20 de outubro, a qual ficará responsável por presidir as próximas eleições da entidade. Na ocasião, foi aprovada por unanimidade a nomeação dos seguintes membros titulares: desembargadores José Mazoni Ferreira e Sérgio Izidoro Heil e o desembargador substituto Túlio José Moura Pinheiro. A presidência da Junta ficará a cargo do desembargador Mazoni Ferreira. Foram escolhidos como suplentes o desembargador Victor José Sebem Ferreira e o desembargador substituto Roberto Lucas Pacheco.

O plano de gestão, nominata das chapas, currículo dos candidatos e demais informações estão disponíveis na internet nos endereços: www.renovacaoamc.com.br, do candidato Paulo Marcos de Farias, e www.amcparatodos.com.br, do candidato Paulo Ricardo Bruschi.

Cleber Thomas

Juiz Paulo Marcos de Farias, candidato pela Chapa RenovaAção

Paulo Marcos de Farias iniciou suas atividades junto ao Poder Judiciário de Santa Catarina em 1992, como estagiário, na comarca de Blumenau, colaborando com o hoje desembargador Substituto Ronaldo Moritz Martins da Silva. Em 1997, cursou a Esmesc (Florianópolis), desenvolvendo estágio voluntário junto ao gabinete do desembargador Pedro Manoel Abreu. Ao final de 1997, foi nomeado secretário jurídico do TJ/SC, trabalhando com o desembargador Gaspar Rubik até 6 de junho de 1999, quando empossado juiz substituto. Substituiu e cooperou com colegas nas comarcas de Itajaí, Araranguá, Joaçaba, Joinville, São Francisco do Sul, entre outras, até ser vitaliciado na circunscrição de Tubarão, sua cidade natal. Foi promovido, por antigüidade, para comarca de Itapiranga em 22 de junho de 2001, removendo-se à comarca de Anita Garibaldi em 6 de agosto de 2003. Foi promovido, por merecimento (mais antigo inscrito), para a comarca de São Miguel do Oeste, em 15 de maio de 2004. Alcançou a entrância final em 15 de agosto de 2006, quando mais uma vez promovido, pelo critério de merecimento, à 1ª Vara Criminal da comarca de Chapecó. Foi membro do Conselho Deliberativo da AMC na gestão 2003/2006, participando da Comissão de Assuntos Constitucionais, Legislativos e Institucionais. Eleito 2º Vice-Presidente da AMC para gestão 2006/2008, licenciou-se do cargo em 30 de junho para disputar a Presidência de nossa entidade.

***O Judiciário* - Nas duas últimas eleições para a Direção da AMC houve consenso, ou seja, uma chapa única era integrada por magistrados que pertenciam a correntes ou grupos distintos dentro do movimento associativo. Por que houve essa ruptura? Ela, de fato, é salutar para os destinos da entidade?**

Paulo Marcos de Farias - A ReUnião, liderada por Ricardo Roesler e José Aragão, cumpriu sua missão. Unificou a magistratura. Eliminou a concepção de grupos rivais, causa de nefastos prejuízos, como premiações e punições na carreira, além da agressividade no relacionamento associativo. Hoje prevalece a harmonia, caracterizada pelo amplo espaço dado aos participantes dessas duas últimas administrações. Todavia, em decorrência dessa participação associativa, movimentos surgiram, com novos atores e um compromisso de nossa parte: respeito às divergências. Como os associados não reconhecem a antiga divisão, parece-me saudável o direito de escolha, não havendo razões para simples passagem de bastão, sob o fundamento de alternância no comando associativo.

***O Judiciário* - O que o senhor pretende fazer para ampliar a participação dos magistrados no movimento associativo?**

Paulo Marcos de Farias - Renovar ações na AMC, investindo prioritariamente nos nossos associados. Iremos realizar intensa agenda de cursos e seminários, promovendo novamente sorteios para participação em eventos externos. A intensificação da política de fortalecimento das Coordenadorias Regionais é outra meta, porque através desses órgãos os associados acompanham os passos da entidade. Portanto, consultas sobre temas relevantes serão constantes, bem como a convocação do Coordenador Regional que auxiliará nas deliberações, agindo em nome dos demais colegas. Destaco a implantação de uma comunicação em tempo real, bem como a necessidade de reforçar o papel da AMC como instrumento permanente da participação de nossos colegas de 1º grau na administração do Tribunal de Justiça.

***O Judiciário* - Qual a opinião do senhor sobre a PEC que trata do aumento da idade limite (de 70 para 75 anos) para aposentadoria compulsória?**

Paulo Marcos de Farias - Sou contrário à aprovação da PEC 457/05, pois a manutenção da aposentadoria compulsória aos 70 anos é indispensável ao desenvolvimento da carreira da magistratura, bem como salutar à oxigenação da jurisprudência. Mesmo ciente da condição biológica positiva dos colegas que chegam a essa idade limite, a aprovação da mudança aumentará ainda mais a média de permanência nos Tribunais, que passará de 20 anos no STF e no STJ. Outro ponto de reflexão é que a par da constante criação de cargos no Tribunal de Justiça, nos últimos 10 anos as demais vagas surgiram pela aposentadoria compulsória, o que permitiu a constante renovação na instância. Por fim, acredito que o debate em torno da fixação de mandato para os Tribunais pode ser uma solução para o futuro.

***O Judiciário* - O senhor apóia a campanha deflagrada pela atual diretoria da AMB pela supressão legal do quinto constitucional nos tribunais estaduais e federais?**

Paulo Marcos de Farias - O Tribunal de Justiça de Santa Catarina sempre ganhou com o ingresso de membros oriundos dos quadros da OAB e do MP, porém, essa previsão legal, introduzida por Getúlio Vargas na década de 30, precisa ser repensada, já que relevante o fundamento segundo o qual a participação dessas instituições no Conselho Nacional de Justiça pode levar à conclusão de sua desnecessidade. Colocaremos em pauta, como idéia alternativa, a possibilidade de deflagrarmos movimento pelo aprimoramento dos critérios de escolha dessas vagas, exigindo do postulante experiência profissional semelhante à dos magistrados (em média 25 anos de carreira). Trazer a exclusividade da escolha ao Poder Judiciário, sem interferência do Executivo, é outra medida de suma importância.

***O Judiciário* - Qual a opinião do senhor sobre a participação da AMC nas sessões administrativas do Tribunal de Justiça, na qual não pode se manifestar, segundo regras regimentais?**

Paulo Marcos de Farias - Nossa cartilha de propostas é clara neste ponto, prevendo requerimento para modificação da norma regimental. A inegável conquista do assento no Tribunal Pleno precisa hoje ser aprimorada, passando o presidente da AMC a ter, no mínimo, direito de solicitar voz quando nossa entidade de classe for citada ou quando forem debatidas questões de caráter geral para a magistratura. Propomos que na própria sessão possa nosso mandatário manifestar a posição da magistratura de 1º grau, previamente consultada, quando em debate mudanças na carreira ou criação de cargos. Só assim estará o presidente da AMC cumprindo integralmente sua obrigação de ser o porta-voz dos anseios dos associados.

***O Judiciário* - Quais as prioridades que o senhor pretende defender no que tange à defesa e valorização dos magistrados?**

Paulo Marcos de Farias - Nossas prioridades são: a) estruturar a Comissão de Defesa das Prerrogativas da Magistratura, convidando desembargadores e juízes das diversas regiões do Estado e níveis de entrâncias; b) instituir o Departamento de Assistência Jurídica, composto preferencialmente por magistrados aposentados, que prestarão serviços via convênio em situações particulares, e custeados pela entidade quando o caso refletir aos demais colegas; c) debater novas bandeiras associativas, em especial medidas para aprimoramento dos critérios de promoção por merecimento, os quais definidos passarão a ser os pilares da defesa da magistratura de 1º grau, pois a carreira é nosso maior patrimônio, devendo sempre prevalecer o interesse da coletividade.

Autoridades prestigiam evento da AMC

Com a presença do governador do Estado e do presidente do TJ/SC, Congresso organizado pela associação debateu a Constituição

O auditório do Hotel Recanto das Águas, em Balneário Camboriú, esteve lotado, na noite do dia 17 de outubro, durante a abertura do tradicional Congresso Estadual dos Magistrados, cujo tema deste ano foi "O Poder Judiciário e os 20 anos da Constituição Cidadã". Diversas autoridades prestigiaram o evento promovido pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), entre elas o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, o governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira, e o procurador Geral de Justiça, Gercino Gomes Neto.

Valdir Júnior

Encontro apresentou palestras sobre os 20 anos da Constituição Federal de 1988 e a relação do Poder Judiciário com o Texto Magno

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foi representada pelo advogado Renato Portes Jr., e a Associação Catarinense de Imprensa (ACI), pelo seu presidente, jornalista Ademir Arnon. Duas associações de magistrados também enviaram seus presidentes: Associação dos Magistrados de Rondônia (Ameron), juíza Virgínia Maria de Abreu e Lima Guimarães, e Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris), desembargador Carlos Cini Marchionatti.

Em seu discurso, o presidente da AMC, juiz José Agenor de Aragão, destacou a importância de se debater a Constituição Federal. "A oitava Constituição brasileira surgiu como um marco decorrente do processo de democratização do país. Em seu bojo, o Texto Magno trouxe um rol normativo destinado a afirmar o Estado Democrático de Direito, o qual deveria assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Em síntese, a "Carta Cidadã" seria o instrumento legítimo e necessário na defesa da dignidade humana", destacou. "Não temos dúvidas de que a magistratura brasileira, sobretudo a catarinense, tem cumprido com denodo e brilhantismo o seu mister, ao agir como guardiã da Carta Magna, ao servir de pilar do Estado Democrático de Direito e, sobretudo, ao tornar-se defensora intransigente dos mais caros valores republicanos", acrescentou o anfitrião.

O governador Luiz Henrique destacou o processo de descentralização que a Justiça catarinense passará a vivenciar com a implantação das Câmaras Especiais Regionais. Ele também elogiou o processo de informatização implementado pelo TJ, a qual tem agilizado a tramitação processual no Estado, além de enaltecer a parceria entre os dois poderes. Além disso, o chefe do Executivo Estadual fez questão de enaltecer a segurança jurídica que impera hoje no Judiciário catarinense. "É preciso continuar com essa parceria independente e harmônica", sublinhou.

O presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador Francisco Oliveira, por sua vez, saudou os participantes do Congresso e agradeceu as palavras do governador do Estado. "É preciso ressaltar que as conquistas do Poder Judiciário foram alcançadas graças aos membros do Tribunal Pleno", frisou.

Ministro Meira fala sobre "Insegurança Jurídica e o Poder Judiciário"

Para o magistrado, a segurança jurídica é uma necessidade humana

A conferência de abertura do Congresso Estadual de Magistrados, realizada na noite do dia 17 de outubro, sexta-feira, em Balneário Camboriú, foi realizada pelo ministro José de Castro Meira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em sua palestra, o magistrado abordou o tema "Insegurança Jurídica e o Poder Judiciário". "Ela (a segurança jurídica) é tão importante que o político pode ressaltá-la ao empresário, animando-o a investir em seu Estado", garantiu, em uma referência ao discurso do governador Luiz Henrique da Silveira, no qual afirmou que em seus contatos com empresários têm enaltecido a atuação do Poder Judiciário catarinense.

Para o ministro, a segurança jurídica é uma necessidade humana e comporta como requisito o dever de o administrador e o legislador respeitarem as leis e a Constituição Federal. Além disso, o tema também envolve o Poder Judiciário, já que muitas vezes um mesmo caso tem interpretações diferentes. "Tal princípio (da segurança jurídica) não está expresso na Constituição, mas engloba uma série de outros princípios. Ele contribui também para a transparência no poder público e para a previsibilidade da ação estatal", disse.

O ministro Castro Meira atentou ainda para a valorização do precedente judicial no Brasil, que até então não ocorria, e que, agora, começa a provocar certa instabilidade a partir da diversidade de entendimentos na esfera judicial. "A segurança jurídica é a grande aspiração do cidadão e é o que ele mais espera do Poder Judiciário", finalizou o magistrado.

Jornalista defende diálogo entre imprensa e judiciário

Palestrante do evento, Moacir Pereira acredita que a convergência entre os dois meios é importante para resguardar a cidadania catarinense

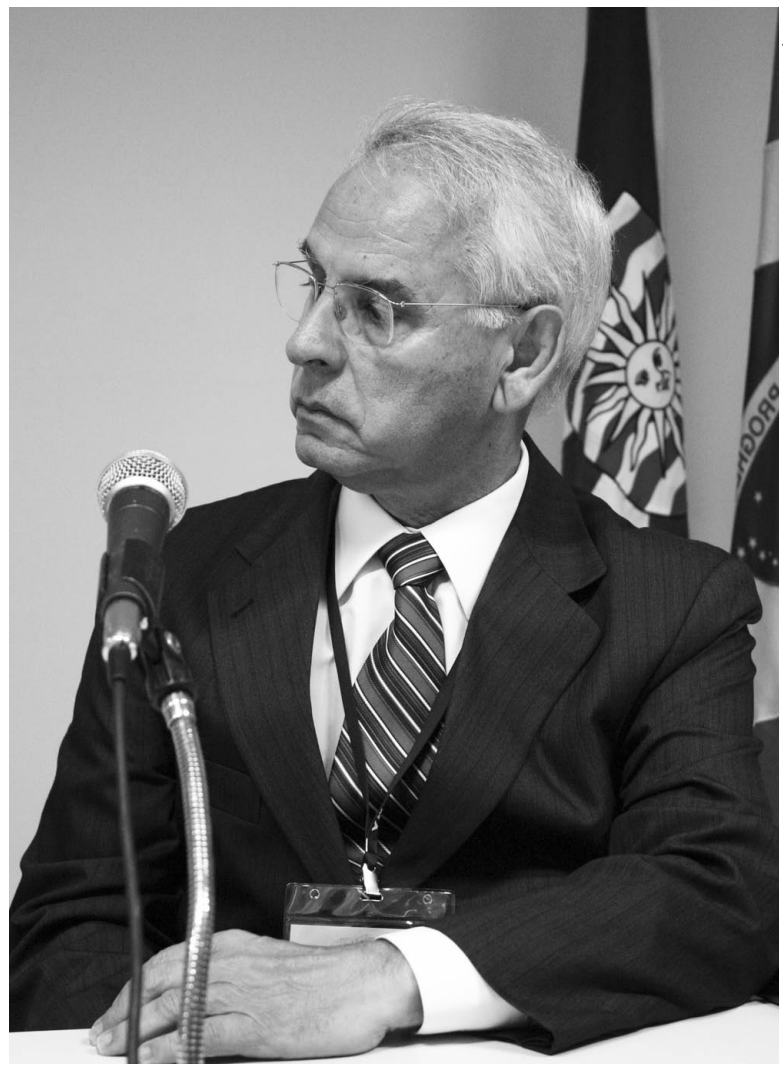
No sábado, dia 18 de outubro, pela manhã, o Congresso Estadual de Magistrados contou também com a palestra do jornalista Moacir Pereira, que explanou sobre "Imprensa e Judiciário perante a Constituição na visão jornalística". O jornalista iniciou falando da parceria entre a Justiça catarinense e os meios de comunicação. "Ainda vamos colher muitos frutos dessa convergência, que será muito importante para a cidadania catarinense", destacou.

Ele lamentou a falta de setoristas cobrindo as atividades do Poder Judiciário. "Temos colegas atuando nas Câmaras de Vereadores, mas nos Fóruns não", disse. Para exemplificar a importância de se investir em comunicação, Moacir lembrou da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, que mudou para melhor a sua imagem graças à ampliação do seu setor de imprensa. "Hoje a gente sabe que o deputado não está em plenário, mas está trabalhando, em sua base. Então, quanto mais se conhece, melhor se compreende o funcionamento das instituições. Eu recebo muitas críticas dos colegas por não criticar o Poder Judiciário. E assim o faço porque conheço a Justiça", explicou.

O jornalista também fez um breve apanhado do Poder Judiciário e a imprensa em relação à Constituição Federal. Ele concorda que a Carta Magna aumentou o acesso à justiça, mas ao mesmo tempo não assegurou uma estrutura adequada para atender a demanda. "É desumana a quantidade de processos que está hoje sob a responsabilidade dos juízes", disse.

Com relação à imprensa, o jornalista apontou algumas frustrações, como a concessão de rádios e TV's para parlamentares, a qual compromete a independência destes veículos; desatualização da lei de imprensa; descumprimento de vários dispositivos da Constituição Federal, entre outros.

Para melhorar o relacionamento entre Judiciário e Imprensa, com o objetivo de beneficiar a sociedade, Moacir defendeu a ampliação da estrutura de comunicação da Justiça; maior divulgação das decisões judiciais, pelo seu aspecto didático-pedagógico; autorização para que servidores do Judiciário possam repassar informações à imprensa; investimento em mídia-trainning; inclusão de disciplinas relacionadas ao Direito nos cursos de jornalismo; cursos e seminários e aperfeiçoamento para magistrados, servidores e jornalistas; introdução de noções de comunicação para juízes no âmbito da Academia Judicial; entre outras ações.


Valdir Júnior

Moacir Pereira disse que não critica a Justiça por conhecê-la muito bem

Jusprev é apresentada a magistrados catarinenses

O segundo dia do Congresso Estadual dos Magistrados, realizado em Balneário Camboriú começou com uma exposição sobre a previdência associativa do Ministério Público e da Justiça brasileira, proferida pelo diretor jurídico e de benefícios da Jusprev, Luiz Fernando Baldi, o qual fez o lançamento do referido plano aos magistrados catarinenses.

Segundo Baldi, que é procurador do Estado do Paraná, a Jusprev abarca quase todos os profissionais de carreira jurídica imbuídos do mesmo objetivo. "Trata-se de uma mobilização nacional espontânea de associações de carreiras jurídicas, para criar benefícios de previdência complementar", definiu. Ele acrescenta que foi a insegurança em relação à aposentadoria que fez surgir a Jusprev. "Ela não tem interesse comercial e vem com a idéia de dar tranqüilidade no futuro para todos nós", explicou.

Baldi destacou que hoje existem mais de 50 associações filiadas à Jusprev. "Ele é seguro, sendo gerido pelos nossos colegas, sendo que os próprios associados podem cobrar transparência do plano. Outro detalhe é que não há solidariedade: o dinheiro investido pelo filiado pertence somente a ele", destacou.

Valdir Júnior

Diretor jurídico da Jusprev, Baldi explicou o plano aos participantes

Des. Jaime Ramos destaca o papel estabilizador da Academia Judicial

O coordenador pedagógico da Academia Judicial do Poder Judiciário de Santa Catarina, desembargador Jaime Ramos fez, no sábado, dia 18, a penúltima palestra do Congresso Estadual de Magistrados, evento realizado no hotel Recanto das Águas, em Balneário Camboriú. Ele falou sobre "O papel da Academia Judicial segundo a Emenda Constitucional 45".

Entre outros assuntos, o magistrado opinou sobre a súmula vinculante, a qual considerou por um lado importante para estabilizar a segurança jurídica, mas por outro, perigosa, usando como exemplo para este caso a edição da súmula que regula o uso de algemas no país. "Mas, faz parte do ativismo judicial criar novos entendimentos", disse.

Ele também explanou sobre a atual Constituição Federal. Para Ramos, o Texto Magno possui muitos direitos, mas que não estão sendo devidamente aplicados. "E aí sobra para o Poder Judiciário resolver", ressaltou.

Sobre a Academia Judicial, o desembargador falou dos diversos cursos que estão sendo oferecidos e disse, ainda, que ela deve se abrir mais aos magistrados. "O objetivo é socializar a Academia, pois ela é dos magistrados", destacou, acrescentando que a entidade já está colhendo sugestões de novos cursos para 2009.

Fotos: Valdir Júnior

Desembargador Jaime Ramos

O magistrado proferiu a penúltima palestra do Congresso da AMC

Candidatos à presidência expõem propostas

Congresso em Balneário também serviu de palanque para a apresentação dos juízes concorrentes ao cargo de presidente da AMC

Os candidatos à presidência da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juízes Paulo Marcos de Farias (Chapa RenovaAção) e Paulo Ricardo Bruschi (AMC Para Todos), tiveram 30 minutos cada um, na tarde de sábado, durante o Congresso Estadual de Magistrados, em Balneário Camboriú, para apresentar os seus respectivos planos de gestão. O juiz Paulo Marcos de Farias foi o primeiro a falar, conforme estabelecido por meio de sorteio.

Com o uso do power point, o magistrado fez um resgate da história da entidade, lembrando as construções da sede balneária e sede administrativa. Ele também destacou as ações de todos os ex-presidentes, as quais, segundo ele, contribuíram para consolidar o nome da AMC e também da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (Esmesc). O magistrado também destacou os serviços oferecidos pela entidade, bem como a luta de seus dirigentes - muitos deles partícipes do projeto da Chapa RenovaAção - por melhorias na carreira e pela preservação de direitos e prerrogativas da magistratura catarinense. A partir daí, o juiz Paulo Farias passou a detalhar de maneira breve os principais pontos do seu plano de gestão, o qual pode ser conferido no site www.renovacaoamc.com.br. "A AMC tem uma história de conquistas, que começou com o sonho de um pequeno grupo de idealistas. Somos candidatos porque continuamos acreditando na força do associativismo", disse.

Já o candidato Paulo Bruschi iniciou com uma apresentação de sua biografia, destacando sua passagem por cargos no âmbito associativo. Ele afirmou que dará continuidade "ao que já vem sendo feito de bom, bem como aperfeiçoar outros". Acrescentou que seu plano de governo (disponível no site www.amcparatodos.com.br) foi construído com base nas atas das Coordenadorias Regionais da AMC. Entre as suas propostas, estão a elaboração de um plano plurianual; construção de uma sub-sede campestre; realização de eventos no interior; rediscussão do plano de saúde Unimed; ampliação do patrimônio e convênios com a AMC; instituir prêmios e comendas para magistrados que se destacaram de alguma forma; iniciar campanha de esclarecimento à população sobre as atividades da magistratura, mostrando que esta não possui privilégios, mas sim prerrogativas; entre outros. "Temos que batalhar primeiro pelos nossos direitos, para depois trabalhar o nosso envolvimento em causas sociais", destacou.

"A AMC tem uma história de conquistas, que começou com o sonho de um pequeno grupo de idealistas. Somos candidatos porque continuamos acreditando na força do associativismo"

Juiz Paulo Marcos de Farias

Fotos: Valdir Júnior

"Temos que batalhar primeiro pelos nossos direitos, para depois trabalhar o nosso envolvimento em causas sociais"

Juiz Paulo Ricardo Bruschi

Presidente do TJ aponta ações para agilizar Justiça

Logo após a homenagem prestada pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) ao desembargador Orli Rodrigues, pelos relevantes serviços prestados ao Judiciário catarinense, coube ao presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, proferir, na tarde do dia 18, a palestra de encerramento do Congresso Estadual de Magistrados, em Balneário Camboriú, cujo tema foi "Os desafios e propostas do Tribunal catarinense para garantir um processo em tempo razoável".

O desembargador iniciou sua explanação dizendo que a palavra "judicialização da política" está sendo usada de forma perversa. "Querem impedir que ela mostre o seu verdadeiro significado e que o judiciário possa atuar na defesa dos direitos do cidadão. Não há possibilidade de exercício da magistratura sem atentar para a Constituição", destacou, acrescentando que "em favor da dignidade humana, o Judiciário deve manter a sua postura ativa e interpretativa". O magistrado sugeriu também uma maior atenção por parte dos magistrados em relação ao dispositivo constitucional que trata da duração razoável do processo.

O presidente do Tribunal destacou, ainda, as ações da sua gestão, entre elas, a questão da compactação das entrâncias; interstício nas remoções de servidores; lotação de concursados por região; mais agilidade na movimentação da carreira dos magistrados; criação das Câmaras Especiais Regionais; criação do segundo cargo de assessores para juízes de Direito; instalação de novas Varas; criação do Conselho de Gestão e Políticas Públicas e Institucionais; criação de novos cargos de técnicos judiciários; apoio aos Juizados Especiais; entre outras. Ele enalteceu ainda o trabalho desenvolvido pelo CGInfo, sob o comando do desembargador Vanderlei Romer, da Academia Judicial, dirigida pelo desembargador Sérgio Baasch Luz, bem como colocou a assessoria de imprensa do Tribunal à disposição dos magistrados. "Tudo que se faz é pouco, pois a litigiosidade é intensa", finalizou.

Participantes elogiam organização e qualidade do Congresso da Associação

Com um jantar repleto de pratos típicos da gastronomia açoriana e ao som da banda Champagne & Society, o Congresso Estadual da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) encerrou suas atividades no sábado, dia 18, no hotel Recanto das Águas, em Balneário Camboriú. Além da oferta gastronômica e da música ao vivo, os participantes ainda tiveram a sua disposição chope e frutas, divididos entre as quatro tendas montadas no local.

"Gostei muito das inovações: desde a escolha da banda, que é excelente, até a realização da festa ao ar livre. A organização foi impecável ao prever a cobertura local que permitiu a diversão de todos, apesar da chuva. As mesas com frutas e a continuidade dos serviços de bar na área da festa também contribuíram para o êxito do evento", elogiou a juíza de Timbó, Cíntia Gonçalves Costi.

A juíza de Itapema Carolina Ranzolin Nerbass Fretta destacou positivamente os conteúdos abordados pelos palestrantes e a grandiosidade do evento. Para a magistrada, os dois jantares oferecidos também contribuíram para a magnitude do congresso. "Além de possuírem ótimo cardápio e serviço de qualidade, os jantares possibilitaram o estreitamente das relações entre os colegas, desde os antigos conhecidos até aqueles que recém iniciaram o exercício da judicatura", comentou a juíza que também teceu elogios a banda Champagne & Society.

Para o juiz de São Francisco do Sul, Mauro Ferrandin, o Congresso Estadual da AMC foi um verdadeiro congraçamento. "Seja pela importância das informações colhidas tanto da programação oficial, quanto pela exposição de idéias dos concorrentes aos cargos da AMC, seja pela alegria que contagiou a todos durante o baile de encerramento, certo é que o Congresso Estadual deixou marcas que ficarão latentes até a próxima edição", enalteceu o magistrado.

Fotos: Valdir Júnior

Tribunal instala novas Varas e inaugura Fórum

Investimentos vão ajudar a desafogar o trâmite de processos judiciais em comarcas catarinenses

Divulgação/Assessoria de Imprensa do TJSC

Eventos contaram também com a participação do presidente da AMC, juiz José Agenor de Aragão (dir.)

O presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juiz José Agenor de Aragão, participou, nos dias 23 e 24 de outubro, do roteiro no Oeste catarinense, na companhia do presidente Tribunal de Justiça (TJ/SC), desembargador Francisco Oliveira Filho. Pela manhã, marcou presençã na instalação da vara criminal da comarca de São Miguel do Oeste, a qual engloba os municípios de Guaraciaba, Paraíso, Bandeirante e Barra Bonita, onde tramitam cerca de 10 mil processos.

A solenidade aconteceu no Salão do Júri do Fórum, com a presença do seu diretor, o juiz Marcelo Elias Naschenweng, e do responsável temporário pela nova unidade, juiz César Otávio Scirea Tesserolli.

Na tarde do dia 23 de outubro, o juiz José Agenor de Aragão acompanhou o presidente do TJ na inauguração do novo prédio do fórum da comarca de Pinhalzinho, juntamente com o diretor do foro, juiz Marcelo Volpato de Souza. Batizado com o nome do Doutor Zulmiro Soncini, o prédio está localizado na Avenida Recife, nº 1.666, bairro Santo Antônio. A edificação ocupa uma área de 1,5 mil metros quadrados. As obras iniciaram em julho do ano passado e foram executadas pela Prumo Construtora e Incorporadora Ltda. Com recursos provenientes do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, o investimento foi de R$ 2,2 milhões. A nova sede atenderá cerca de 4 mil processos, provenientes também das cidades de Nova Erechim e Saudades.

Em ambas as solenidades, o presidente da AMC fez uso da palavra, ocasião em que enalteceu a atual administração do TJ, representada pelo desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, destacando, ainda, o trabalho de valorização dos colegas magistrados. O juiz José Agenor de Aragão fez referência também à segurança jurídica que impera no Judiciário catarinense, conforme atestou o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, em discurso proferido na abertura do Congresso Estadual de Magistrados, no dia 17, em Balneário Camboriú. Segundo o governador, tal estabilidade tem favorecido cada vez mais os investimentos no Estado por parte dos empresários.

Na sexta-feira, dia 24 de outubro, foi a vez de Caçador receber sua Vara Criminal. A solenidade aconteceu por volta das 11 horas, no Salão do Júri do Fórum. A diretora, juíza Viviane Isabel Speck de Souza, estima 16 mil processos em tramitação na Comarca, formada também pelos municípios de Rio das Antas, Calmon e Macieira. A juíza Gisele Ribeiro, inicialmente, será responsável pelo comando dos trabalhos na nova unidade jurisdicional. Cinco técnicos judiciários devidamente treinados e orientados pelo Programa de Implantação de Serviços Judiciários do TJ/SC, formarão a equipe de trabalho responsável pelos serviços, tanto em Caçador quanto em São Miguel do Oeste.

Cerca de duas mil pessoas participam do Abraço da Paz em Capinzal e Ouro

As cidades de Capinzal e Ouro reeditaram, no último dia 10 de outubro, às 8h, o "Abraço da Paz", unindo os dois municípios através da ponte pênsil e a ponte Irineu Bornhausen. Este ano, a exemplo do que ocorreu em 2007, o evento reuniu cerca de duas mil pessoas.

Divulgação

O evento uniu os municípios de Capinzal e Ouro através de duas pontes

O encontro fez parte das atividades desenvolvidas pelo projeto Agente da Paz, que tem como objetivo promover a Cultura da Paz. Para o juiz Alexandre Dittrich Buhr, este foi mais um grande exemplo de como a magistratura pode atuar junto à sociedade, na promoção da Paz Social, antes de ocorrerem atos de violência e serem instaurados os respectivos processos.

A organização do evento ficou por conta do Lions Clube, tendo os magistrados da comarca dado apoio, incentivo e idéias. "Este é um aspecto importante do Agente da Paz. Não é o magistrado quem deve organizar e promover os eventos. É a comunidade organizada quem deve fazer isso. A participação do juiz da comarca é de apoio, incentivo e servindo como exemplo de pacificador para a comunidade", destaca o magistrado.

Semana da Paz é implantada em Campos Novos e Zortéa

A comarca de Campos Novos, localizada no meio-oeste do Estado, deu início no dia 6 de outubro à programação para a "Semana da Cultura da Paz", seguindo as ações preconizadas pelo projeto Agente da Paz. A temática deste ano foi "A Educação pede Paz".

Diversas atividades acontecerem nos cinco dias de evento. Entre elas, a palestra "Direitos Humanos", concedida pelo juiz Marcelo Carlin, para alunos do Ensino Fundamental da Rede Municipal, os "Jogos dos Professores" e também a apresentação do grupo 'Teatro Nosso Amiguinho', com a peça "Eu quero Paz". Ainda dentro da programação da "Semana da Cultura da Paz", aconteceram à culminância do projeto Agente da Paz (A Educação pede Paz), com diversas apresentações culturais e festas em comemoração ao Dia da Criança nas unidades escolares.

Durante a Semana da Paz, as escolas realizaram algumas atividades como: organizar um passeio ciclístico: "Pedalando pela Paz"; produção de poesias, paródias e panfletos com frases de Paz; caminhada pela Paz e trocar armas de brinquedo por um livro de Literatura Infantil.

Zortéa

O município de Zortéa, que pertence à comarca de Campos Novos, também aderiu ao projeto Agente da Paz. A abertura das atividades em Comemoração a III Semana Municipal da Cultura da Paz na cidade foi realizada no dia 7 de outubro, com a Caminhada pela Paz.

Após a chegada, em frente à Prefeitura Municipal, foi realizado o Ato Cívico com apresentações culturais e mostra de trabalhos das escolas. Ainda no mesmo dia, houve palestra, com o tema: "Família: do amor ao limite".

AMC promove jantar com jornalistas

Confraternização reuniu na Capital membros das mesas de trabalho e equipes de apoio do 1º Simpósio Judiciário e Imprensa

A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) promoveu na noite de quarta-feira, dia 29 de outubro, um jantar de confraternização com os membros das mesas de trabalho e equipes de apoio do 1º Simpósio Judiciário e Imprensa, evento realizado pela AMC, em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) e Associação Catarinense de Imprensa (ACI) – Casa do Jornalista, nos dias 31 de julho e 1º de agosto deste ano, em Florianópolis.

Em seu discurso, o presidente da AMC, juiz José Agenor de Aragão, destacou a importância de se promover a aproximação entre magistrados e profissionais da imprensa. "O resultado dessa interação é o fortalecimento da democracia, tendo como principal beneficiado o próprio cidadão. Vamos continuar com essa parceria e esperamos contar com o apoio de todos vocês para continuar trabalhando em prol da cidadania", destacou.

O presidente do TJ/SC, desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, também fez uso da palavra e ressaltou a importância da parceria firmada entre o Tribunal, a AMC e ACI. Ele parabenizou o presidente da AMC e o diretor de comunicação social da entidade, desembargador Carlos Alberto Silveira Lenzi, pelo empenho na missão de estreitar laços com os órgãos de comunicação. "Esperamos que esse trabalho de aproximação tenha continuidade, contribuindo, assim, para melhorar cada vez mais o relacionamento entre o Poder Judiciário e a imprensa", frisou.

Em sua manifestação, o Presidente da ACI, jornalista Ademir Arnon, agradeceu ao presidente do TJ, o presidente da AMC, o trade da comunicação e demais empresas do setor, por ter oportunizado à ACI que liderasse esta nova fase de relacionamento entre a imprensa e os membros da Justiça. "O simpósio teve uma repercussão fantástica e certamente vamos dar continuidade aos trabalhos, promovendo a interiorização deste tipo de evento no Estado", sublinhou.

Fabrício Severino

Presidente da AMC destaca importância de se interagir com a mídia

Florianópolis sedia XXIV Fonaje

Já começou a contagem regressiva para a 24ª edição do Fonaje - Fórum Nacional de Juizados Especiais. O evento, marcado para acontecer de 12 a 14 de novembro, em Florianópolis-SC, prevê reunir cerca de 300 participantes, entre juízes e demais operadores do Direito. O tema central desta edição será "Segurança Jurídica nos Juizados Especiais".

O Fonaje é uma entidade que reúne, semestralmente, operadores do direito de todo o país, com o objetivo principal de uniformizar entendimentos e padronizar procedimentos, por intermédio da edição de enunciados e recomendações, destinados a orientar o julgamento das demandas regidas pela Lei n. 9.099/1995. Em Florianópolis, além de painéis, debates, exposições e apresentações de renomados juristas, os participantes vão poder optar por seis grupos de trabalho que vão discutir temas específicos, como área cível; área criminal; comissão legislativa; turmas de recursos; processo eletrônico; e gestão em juizados especiais. O resultado das deliberações dos grupos será apresentado à Assembléia Geral, que irá elaborar a Carta de Florianópolis ao final do evento.

O presidente da Comissão Organizadora, desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, lembra que a finalidade do evento é uniformizar entendimentos e procedimentos da justiça especializada, numa forma de tentar evitar que haja vários tipos de solução para o mesmo assunto. Ele acredita que essas medidas resultarão em uma maior efetividade e um maior aperfeiçoamento da justiça especializada. "Estaremos assim economizando recursos públicos e atendendo melhor ao cidadão, principalmente aquele de baixa renda", explica Gastaldi Buzzi. Sua colega, juíza Maria Abadia de Castro Mariano, atual presidente do Fonaje, acredita que os assuntos incluídos na programação são de fundamental importância para atualização e reciclagem dos juízes de direito, principalmente daqueles que atuam nos Juizados Especiais.

Criado em 1997, o Fonaje a cada ano vem obtendo, mais intensamente, a colaboração de profissionais, tanto do direito como de outras áreas afins, na busca de aprimorar a prestação dos serviços judiciários, com base na troca de informações e relatos de experiências bem sucedidas.

Poder Judiciário de Santa Catarina empossa dois novos desembargadores

Daniella Machado|Assessoria de Imprensa do TJ/SC

Magistrados Victor Ferreira e Rejane Andersen são empossados no TJ

O Tribunal Pleno do Poder Judiciário de Santa Catarina voltou a ficar completo, com seus 50 desembargadores, com a posse de Victor José Sebem Ferreira e Rejane Andersen. A solenidade ocorreu no dia 7 de novembro, às 18h, no Auditório do Pleno, sob o comando do presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), desembargador Francisco Oliveira Filho.

Ainda como juízes de 2º grau, os novos membros da corte catarinense adentraram no auditório acompanhados dos desembargadores Antônio do Amaral e Silva e Jorge Luiz de Borba. Após pronunciarem o juramento e assinarem o termo de posse, puderam tomar seu assento na plenária. Em seguida, foram agraciados com a Medalha de Ordem do Mérito Catarinense, entregues pelos desembargadores Carlos Prudêncio e João Henrique Blasi. Em nome do Tribunal de Justiça, o desembargador César Abreu deu as boas-vindas aos novos colegas. "O compromisso em realizar as expectativas legítimas da sociedade é o motivo que nos une. A partir de agora, traçaremos juntos os caminhos da Justiça catarinense", afirmou.

Em seu discurso, o recém empossado desembargador Victor Sebem Ferreira agradeceu a todos e lembrou a dedicação do desembargador aposentado Orli de Ataíde Rodrigues, cuja cadeira passa a ocupar, por merecimento. "O juiz não é substituído, um complementa o outro numa constante contribuição para a história da Instituição", destacou. A desembargadora Rejane Andersen destacou os trabalhos desenvolvidos pelo desembargador Anselmo Cerello, cuja vaga passou a ocupar, por antigüidade. Lembrou a perseverança com que sempre enfrentou as dificuldades na carreira por ser mulher. "Não medirei esforços para cumprir com a tarefa que hoje me foi atribuída e dar continuidade ao valioso trabalho de distribuir a justiça".

Desembargadores substitutos

O Pleno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em sessão administrativa realizada no dia 5 de novembro, elegeu, pelo critério de merecimento, o magistrado Carlos Alberto Civinski, para o cargo de 18º Juiz de Direito de 2º Grau, na vaga aberta com a nomeação da juíza Rejane Andersen como desembargadora do TJ. No mesmo dia, à tarde, tomou posse durante a sessão do Pleno, o 17º juiz de 2º Grau Cláudio Valdyr Helfenstein, escolhido por antigüidade, para o ocupar a vaga aberta com a ascensão do juiz Victor José Sebem Ferreira ao cargo de desembargador.

TOGA JUSTA

R. URTIGÃO

Show Men

O desembargador José Carlos de Aquino do TJ/SP, considerado "linha dura" nos julgamentos da 5ª Câmara de Direito Público, vira "Zeca Aquino", martelando guitarra elétrica psicodélica e cantando. O show é produzido na casa noturna "Tom Jazz" e a audiência é considerável. Segundo a "Folha de S. Paulo", o desembargador foi membro do MP e depois prestou concurso para a magistratura, relatando: "Tive de esconder por muito a minha condição de músico, porque o Judiciário é muito conservador".

Por sua vez, o ministro Eros Grau, do STF, vai despir a toga para assumir a identidade de "Vovô Grau", no programa radiofônico da Rádio Justiça para a petizada.

O CNJ está de olho nessas "peripécias" judiciais, pois vem condenando sistematicamente a exposição de juízes nos meios de comunicação, inclusive não recomendando que escrevam artigos (não jurídicos) na grande imprensa escrita. Esta posição do CNJ preocupa a magistratura, que não deseja o Órgão como um SNI jurídico.

Disputa

Candidatos à presidência da AMC, no pleito de dezembro próximo, os juízes Paulo Marcos de Farias e Paulo Ricardo Bruschi submeteram-se a um debate em torno de suas propostas, perante os colegas que compareceram no Curso de Aperfeiçoamento, realizado pela Academia Judicial, em Chapecó, no último dia 31 de outubro, ambos saindo-se muito bem.

Nesta edição, estamos publicando entrevistas com os candidatos, aos quais foram concedidos espaços idênticos para as respostas.

Posse

O juiz Cláudio Valdyr Hefelstein tomou posse na sessão do Tribunal Pleno do TJ/SC, no dia 5 de novembro, eleito para ocupar a vaga de juiz substituto de 2º Grau. Na mesma sessão foi eleito, para a segunda vaga (com as aposentadorias dos desembargadores Orli Rodrigues e Anselmo Cerello), o juiz Carlos Alberto Civinski.

Registre-se a expressiva votação do juiz Rodrigo Collaço, que deverá entrar nas listas das próximas promoções.

Câmara Regional

O Pleno do TJ/SC consolidou, na sessão de 05/11, a criação da Câmara Regional Especial de Chapecó, sendo o primeiro Tribunal do País a atender o disposto no art.125, § 6º da Carta Federal, inserido pela EC nº 45/02.

Deverão compor a Câmara dois desembargadores, por opção voluntária, e dois juízes do 2º grau, que julgarão matérias nas áreas do direito civil e comercial. Os desembargadores participarão, também, do Tribunal Pleno e dos grupos de câmaras.

Bengala

Por escrever artigo na FSP e conceder entrevista a Revista "Algomais" sobre a compulsória aos 70 anos, o presidente da AMB Mozart Valadares Pires foi processado em sindicância pelo seu Tribunal de Pernambuco, alegando que ele foi maldoso ao denominar o projeto de PEC "da bengala", que aumenta para 75 anos a compulsoriedade de aposentadoria.

Recorrendo ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), este suspendeu o processo, através do procedimento de controle administrativo, dizendo que a sindicância representa ameaça de censura e que o presidente da AMB pronunciou-se fora de suas funções jurisdicionais. Ruim vai ficar quando ele voltar para...

Ganhos

A Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), Cejur, a AMC e a ESMESC promoveram, em Chapecó, nos dias 30 e 31 de outubro e 1º de novembro, o "Curso de Aperfeiçoamento" para magistrados. Mais de 100 juízes catarinenses inscreveram-se para o evento de reciclagem, diante das recentes alterações na legislação processual penal.

O destaque para o excepcional aproveitamento do Curso foi o seu formato pedagógico, com palestras, reuniões de grupos e discussões sobre estas, apresentação de relatórios e debates, apresentação final de propostas de cada grupo, novos debates e votação das proposições e aprovação de relatório final.

Está de parabéns a Academia e as demais entidades pela novidade de produção interativa dos magistrados, bem como dos seus diretores e funcionários.

Quinto

A OAB tem somente alguns dias para recorrer da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou o refazimento da lista sêxtupla, que foi rejeitada (em fevereiro deste ano) pelo Pleno do Superior Tibunal de Justiça (STJ) para o preenchimento de vaga do Quinto.

Videoconferência

57% dos magistrados da Apamagis (SP) são favoráveis à realização de interrogatórios de réus presos por videoconferência. A decisão negativa do STF, vinculou-se, mais especificamente, na insconstitucionalidade da lei estadual paulista, já que a matéria é da competência do Congresso Nacional.

Entretanto, uma semana depois da decisão do Supremo, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou, por unanimidade, projeto de lei que autoriza a prática processual da videoconferência. A aprovação pelo Senado, segundo especialistas, é tranqüila.

Interferência

Tramita no Congresso Nacional projeto de emenda constitucional que pretende desviar para a Justiça Federal o processamento e julgamento das ações de acidente de trabalho, cuja competência, tradicionalmente, pertence à Justiça Estadual, desde 1919. Recorde-se que, recentemente, a ação de indenização contra empregador, fundada em acidente de trabalho, teve a sua competência deslocada para a Justiça do Trabalho.

No fundo, articula-se um paulatino esvaziamento e pretenso desmonte da Justiça Estadual, em detrimento da Federal. A Estadual, também denominada de Justiça Comum, é a que possui competência mais abrangente e ampliada, nas áreas civil, penal, comercial, administrativa e tributária (a que está mais perto do cidadão), sendo a Federal e a do Trabalho justiças especializadas, a primeira, nas causas da União, autarquias, empresas públicas federais, e a segunda nas relações laborais entre empregados e empregadores.

Corregedoria

Tomou posse no dia 03 de outubro, pela manhã, o novo Corregedor Geral de Justiça do TJ/SC, desembargador Trindade dos Santos. A sua eleição na sessão de 23 de outubro pelo Pleno, não foi das mais tranqüilas, sinalizando rupturas que deverão influenciar nos próximos pleitos na Corte.

Toguinha

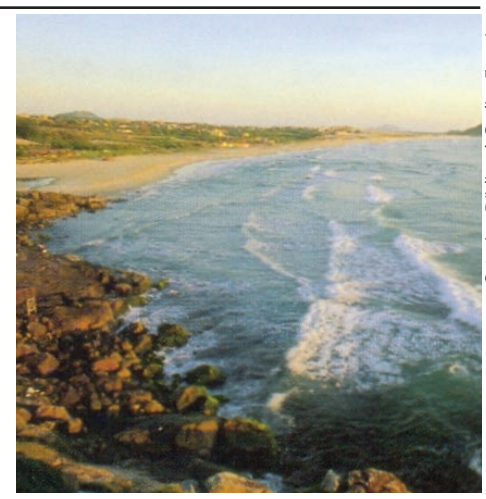
➡O CNJ colocou em pauta a regulamentação do uso dos carros oficias pelos tribunais do país. Proposta do conselheiro Paulo Lobo (AL).

➡Mulher de prefeito comprou sapato em loja fina. O marido, solícito em presenteá-la, descontou o valor da nota na verba orçamentária de calçamento da Prefeitura!

➡"O jornalismo não é ciência exata, e jornalistas não são autômatos. Além disso, não se faz bom jornalismo sem emoção. A frieza é anti-humana e, portanto, anti-jornalística. A neutralidade é uma mentira, mas a isenção é uma meta a ser perseguida. Todos os dias. A imprensa honesta e desengajada tem um compromisso com a verdade. E é isso que conta". Carlos Alberto Di Franco (OESP. 03/11, p. 3)

➡"A elegância é a arte de não se fazer notar, aliada ao cuidado sutil de se deixar distinguir". Paul Valery.

➡"Se os homens fossem anjos, o governo não seria necessário". James Madison, 4º presidente dos Estados Unidos.



Catarina Rüdiger| Carlito Ferreira

Praia do Santinho - "Florianópolis das 100 praias" - Nereu do Vale Pereira

Astral

O desembargador Augusto Mota Ferraz de Arruda, do TJ/SP, em artigo escrito para a revista "Consultor Jurídico", afirmou a certa altura: "...devoto profundo respeito pela nobre e valorosa classe dos advogados, mesmo porque fui advogado, mas não os recebo em meu gabinete para tratar de processos que me estão conclusos".

Representado no CNJ pela OAB, foi enquadrado na Lei Orgânica da Magistratura e no Estatuto da Advocacia. Arquivada a Representação, houve recurso para o pleno do Conselho, que em 21 de outubro acolheu o reclamo.

Para "esquentar" mais a situação, o magistrado fez denúncia pública (FSP, 26/10) contra a direção do seu Tribunal, dizendo que 39 juízes de 1º grau foram convocados para prestar serviços na presidência e na Corregedoria, contrariando o Regimento Interno da Corte e que está provocando o atraso no julgamento de cerca de 40 mil processos.

O Tribunal, agastado com o baixo astral do desembargador, diz que vai rever a questão com a reforma do Regimento. Quanto ao atendimento aos advogados, continua o impasse.

TV Justiça

Inúmeras manifestações de segmentos da cidadania nacional vêm pedindo que a TV Justiça venha a ser transmitida em rede aberta de televisão e não por canais pagos, que discrimina e elitiza as necessárias divulgações do Poder Judiciário... muito embora o próprio presidente Lula da Silva tenha se manifestado contrariamente a divulgação pela TV Justiça, ao vivo, das sessões do STF, nas quais, muitos temas em julgamento são contrários ao seu governo. "Vanitas...vanitatis"!

Lesão

O Banco Itaú, que agora juntou-se com o Unibanco, está sendo processado pelo MP/SP, pela prática de irregularidades na prestação de serviços de cartões de crédito perdido ou roubados dos clientes. O mais grave é que o Banco - como outros - cobra seguro por essa perda. No sistema bancário, o consumidor também leva a pior!

Ética e política

ALEXANDRE GUIMARÃES GAVIÃO PINTO•

Um Brasil melhor surgirá no momento em que se instale, definitivamente, na política nacional, a ética. É notória e alarmante a situação de calamidade em que vive a maioria do povo brasileiro. Atualmente, os cidadãos vêm suas vidas, diariamente, envoltas numa realidade imoral, criada por falsos representantes que, à frente do Poder Público, realizam verdadeiras atrocidades, retribuindo a confiança de toda uma nação, na forma de corrupção desmedida, hipocrisia sem pudor, e desumanidade irracional.

Inúmeras promessas são feitas, assiduamente, em todo o território nacional, por maus políticos, revestidos de más intenções, que travestidos de super-heróis, desfilam num discurso demagógico, garantias de melhoria de condições de vida para a sociedade.

A crise brasileira agrava-se há muitos anos e, no presente mostra-se mais aguda e complexa. Crise esta que, em um passado não muito longínquo, imaginávamos ser tão-somente econômica e agora nos parece estender-se em inúmeros fatores que, quase sempre, têm origem na má administração e descaso das autoridades que detém o poder. É assustador, por exemplo, a constatação do descrédito relativo à área da saúde, imposto por nossos governantes.

O sistema de saúde no Brasil se torna cada vez mais incipiente e precário, apesar da fantasiosa e leviana qualificação, como sendo um sistema de saúde "quase perfeito", fazendo com que pessoas morram, sem atendimento, em filas intermináveis nas portas de hospitais, em que tudo falta, desde alimentos até medicamentos e materiais hospitalares. O cidadão tem direito constitucional ao atendimento médico eficiente, e é mister aos mais necessitados acesso gratuito aos remédios.

Cumpre registrar que, diariamente, em vários estados da Federação, apesar do Poder Judiciário determinar ao Poder Executivo o fornecimento de medicamentos, o que se constata é o descumprimento reiterado de tais decisões, revelando o total desprezo de certas autoridades administrativas pela ordem jurídica em vigor, na certeza da impunidade, que não é abalada, sequer, pelo receio da configuração dos crimes de desobediência, prevaricação ou improbidade administrativa.

Na verdade, as leis penal e processual penal em vigor estão em descompasso com os novos tempos e o *modus vivendi* da sociedade. São as leis benignas que encorajam sobremaneira os criminosos, dando-lhes a certeza da impunidade. Parece-nos, até, que foram feitas, não para vir em socorro dos cidadãos, mas sim, para encorajar os marginais, dada a sua evidente frouxidão. É espantosa a inversão de valores!

Frustrante é constatar, como no inesquecível episódio de vandalismo e depredação do Congresso Nacional, que exibicionistas de alta periculosidade, com manifesta irracionalidade e intensidade de violência, ameaçam a vida e a segurança de pessoas inocentes, trazendo prejuízos significativos ao patrimônio público, e que, num passe de mágica, se transformem em heróis revolucionários e idealistas, quase condecorados por algumas autoridades públicas, cujos cargos são da maior relevância no sistema constitucional, confundindo baderna e atos reprováveis de vandalismo criminoso em exercício de democracia.

O nosso sistema penitenciário, em péssimas condições, tem gerado, notoriamente, verdadeiras escolas de marginalidade. A condição subumana imposta aos presidiários e a ociosidade reinante, de forma nada condizente com a recuperação social daqueles que transgrediram as leis, é a razão maior dos constantes motins, muitas vezes praticados para se manter regalias intoleráveis.

O pior é que a história tem nos mostrado que, ou o Estado se faz silente e não se propõe a resolver o problema, ou ele se faz presente adotando ações de absoluta incompetência, numa guerrilha partidária, tão divorciada dos reais interesses do povo.

O problema dos trabalhadores rurais, que vagueiam sem destino, em absoluta miséria, manipulados por verdadeiros grupos de guerrilha, é semelhante ao dos índios que, abandonados à própria sorte e sem a devida proteção das autoridades, vêem sendo dizimados pelas condições precárias a que estão relegados.

Quanto a um futuro melhor, devemos frisar que um país que desvaloriza a educação, deixa a mercê da ignorância seus jovens, semente de um novo e promissor amanhã.

As arbitrariedades cometidas em nome de supostas reformas violam rotineiramente direitos adquiridos e atos jurídicos perfeitos, gerando conchavos, através de agrados, nomeações, ameaças, compra de votos e venda de privilégios, fazendo de representantes do povo fisiologistas, que, em detrimento da ética, realizam verdadeiro "toma lá, dá cá". Contudo, pouco adianta a crítica, sem que se apresente soluções viáveis.

Na busca de um país melhor, devemos todos respeitar, em primeiro lugar, a Constituição da República, sagrada Bíblia e bússola do povo e dos governantes, onde encontramos garantidas a segurança e o bem-estar da sociedade.

Faz-se necessário que respeitemos uns aos outros e que, em nosso cotidiano, sejamos menos individualistas, mantendo uma postura mental correta, escolhendo de forma responsável e refletida nossos representantes, buscando sempre a justiça social e a cristalização moral e ética de nossos atos.

O Brasil clama por políticos que dignifiquem o voto de seu povo e encontrem na ética a fórmula correta de se fazer política. Em contra partida, na atuação de cada indivíduo, é impreterível, que se busque, também, atos patrióticos, condizentes com tal princípio, já que, como bem salientou o filósofo Sócrates: "A felicidade não é uma dádiva, e sim a recompensa de um esforço constante e bem orientado. Daí a importância suprema da investigação sobre o que é bom ou mau para se alcançar esse objetivo."

Brasileiros, filhos dessa pátria mãe-gentil, conscientizem-se do poder e da importância do voto consciente e bem direcionado, posto que a confiança do eleitor somente deve ser depositada naqueles candidatos que pautem suas condutas na mais absoluta honestidade, tendo em vista que a ética, mais do que nunca, hoje, desempenha papel fundamental, como fator de preservação da própria vida na Terra.

• ***Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro***

CURSO DE PREPARAÇÃO PARA A MAGISTRATURA

PROVA DE INGRESSO • MÓDULOS I E II
Inscrições: 10 de novembro a 10 de dezembro

⇨**Reconhecido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), conforme EC nº 45. Cada módulo equivale a um ano de atividade jurídica.**

AULAS
De terça a quinta-feira
Das 8h às 11h30min e das 19h às 22h30min

MÓDULO I
Consolidação e aprofundamento de conhecimentos teóricos das disciplinas essenciais para o concurso da magistratura.
• Carga horária mínima: 360 horas -aula

MÓDULO II
Aulas técnicas e práticas com ênfase em provas e teses de concursos anteriores e outras atividades direcionadas ao preparo dos alunos para o concurso da magistratura e para o exercício efetivo da profissão.
• Carga horária mínima: 390 horas-aula

MÓDULO III
Denominado Residência Judicial, consiste no treinamento prático em atividade jurídica, sob orientação de magistrados, que preparam os alunos para o concurso e para o melhor desempenho como juiz após aprovação.
• Carga horária: 1800 horas

AMC
ESMESC

Venha você também fazer parte desta história!

Rua dos Bambus, 116 • Itacorubi • Florianópolis|SC
Telefone: (48) 3231.3045 • www.esmesc.org.br